



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 042

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 02 DE JUNHO DE 2003

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Valdir Rossoni
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PPB .....	Duílio Genari
PT .....	Luciana Rafagnin
PDT .....	Neivo Beraldin
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Chico Noroeste
PPS .....	Waldir Leite
PSB .....	Ratinho Júnior
PSC .....	Mauro Moraes

## Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes; Sem Partido: Rafael Greca

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 042ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
02 DE JUNHO DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Delegado Bradock e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 013/2003

Curitiba, 26 de maio de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei que objetiva dispensar os débitos fiscais que especifica, inscritos ou não em dívida ativa, parcelados ou não, referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, assim como adotar outras providências pertinentes ao referido tributo.

O plano de lei em referência, consubstancia proposta da Secretaria de Estado da Fazenda, que me foi encaminhada através do Ofício nº 195/2003, do titular daquela Pasta, onde figura a justificativa adiante descrita, demonstrando a indiscutível conveniência e oportunidade de que tal medida legal seja adotada:

“A proposta do presente anteprojeto de lei considera o dispositivo do Artigo 179 da Constituição Federal que dispensa tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas.

Neste sentido, considerando o tratamento àqueles contribuintes através do Decreto 246/2003 onde a tônica foi a dispensa de recolhimento do imposto às empresas que tenham faturamento de até R\$150.000,00 por ano, a exclusão dos créditos tributários na forma proposta vem apenas coroar aquela iniciativa.

Cabe destacar que a legislação anterior, que regulava o “Simples/PR”, estabelecia faixa de contribuição mínima de 1 (uma) UPF/PR (no mês de dezembro R\$37,54) para todas as faixas, entretanto na faixa inicial existe a necessidade de lançamento, ou seja, lavratura de auto de infração com uma multa mínima de R\$150,16. Essa obrigação institucional faria com que a Receita Estadual lavrasse autos de infração contra aproximadamente trinta e duas mil empresas num valor de R\$17 milhões de reais, computando os já lavrados e atualmente em vias de execução judicial, com alto custo administrativo e poucas possibilidades de recebimento.

Ainda contempla o anteprojeto a exclusão de valores relativos às faixas “B” e “C” onde, mesmo sem movimentação comercial a contribuição mínima era exigida. O total representa aproximadamente 3 milhões de reais.

Finalmente dispensa valores relativos a multas formais pela simples falta de cumprimento de deveres acessórios no mais das vezes representando falta de omissão na apresentação de documentos.

Afora o incentivo propriamente dito, a proposta vem trazer substancial economia de recursos do próprio Estado”.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Ficam dispensados os débitos fiscais abaixo especificados, inscritos ou não em dívida ativa,

parcelados ou não, relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS:

I - lançados ou não, relacionados com a omissão ou insuficiência do pagamento do valor mensal de uma Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná - UPR-PR, do contribuinte, no período em que esteve enquadrado no Regime de Microempresas - Simples-PR, na faixa "A";

II - lançados, relacionados com a omissão ou insuficiência do pagamento do valor devido, nos meses em que este for igual a uma Unidade Padrão Fiscal - UPF, do contribuinte, no período em que esteve enquadrado no Regime das Microempresas - Simples-PR, nas faixas "B" e "C".

III - exclusivamente decorrentes das penalidades de que tratam os incisos XIV e XV do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, do contribuinte, no período em que esteve enquadrado no Regime das Microempresas - Simples-PR.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Art. 2º - Considera-se débito fiscal o somatório do imposto, da multa, da atualização monetária e dos juros de mora.

Art. 3º - Ficam dispensadas as custas judiciais relacionadas com os créditos tributários de que trata esta lei.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de trinta (30) dias.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

## Ofícios:

### OFÍCIOS

Sob o nº 312/2003, do Sr. Henrique Naigeboren, presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando exemplar do Relatório de Atividades do citado órgão, relativo ao 1º trimestre de 2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 321/2003, do Sr. Henrique Naigeboren, presidente do Tribunal de Contas, encaminhando cópia do Acórdão 1536/2003, da Sessão Plenária de 15 de maio de 2003, desse Tribunal, e do voto do relator, conselheiro Nestor Baptista, atinentes à prestação de contas do Fundo de Reequipamento de Trânsito, do exercício financeiro de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 915/2003-OE/cwk, do senhor Clotário Portugal Neto, desembargador relator do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando cópia do venerando Acórdão nº 5654, proferido nos autos de Mandado de Segurança nº 115587-7, de Curitiba, em que figuram como impetrante Luiz Carlos Caíto Quintana e impetrado presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através do qual, por maioria de votos, foi concedida a segurança. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 186/2003

Curitiba, 2 de junho de 2003.

Senhor Presidente:

Foi com muita honra que aceitamos a indicação da liderança do PMDB desta Casa para integrar, na qualidade de relatora, a Comissão Parlamentar de Inquérito constituída para investigar e apurar denúncias de corrupção nas ações e/ou omissões do Governo Estadual e de terceiros favorecidos em relação ao Banco do Estado do Paraná - CPI do Banestado.

Ser designada para missão tão importante é o que de melhor poderíamos almejar para o início de nosso mandato nesta Casa Legislativa. Essa experiência, sem dúvida, seria particularmente rica para nossa trajetória política - pautada na coragem e determinação de combater atos ilegais, imorais e lesivos ao patrimônio público praticados por agentes administrativos sem qualquer respeito às instituições públicas e à sociedade civil.

No caso do Banestado, sabe-se que investigações efetuadas pelo Ministério Público, federal e estadual, e pelo Banco Central do Brasil, apontam para a existência de irregularidades em operações financeiras que causaram graves prejuízos ao Banco, legando uma dívida enorme ao povo paranaense. Faz-se imprescindível a apuração desses fatos para a aplicação das penalidades cabíveis aos responsáveis. Foi com o propósito de contribuir para esse intento que aceitamos a indicação para integrar e ser a relatora da CPI criada por esta Casa.

Infelizmente, senhor presidente, não vislumbramos nenhuma possibilidade de prosseguir nesse mister. Como é sabido, as divergências entre o presidente da CPI, deputado Neivo Beraldin, e esta deputada, quanto à forma de condução dos trabalhos, são cada vez mais acirradas, causando um clima insustentável nas reuniões da Comissão.

Temos sido acusada publicamente pelo deputado Neivo Beraldin de atrapalhar e atrasar os trabalhos da CPI com insistentes contestações e de querer deliberar sobre quebra de sigilo dos envolvidos em reuniões secretas. E o que é pior: de querer ganhar mídia às custas do presidente da CPI.

Isso não é verdade! As razões dessas contestações têm sido colocadas de maneira clara e indubitosa por esta deputada desde o início dos trabalhos. São elas:

- ausência de definição dos fatos determinados objeto de investigação - o requerimento de criação da CPI os enuncia genericamente - e de roteiro a ser seguido, o

que faz com que os trabalhos sejam conduzidos de maneira desordenada e às vezes sem observância de princípios inerentes à condução do inquérito parlamentar;

- inexistência de uma sala específica para os trabalhos e documentos, que ficam concentrados na sala pessoal do deputado Neivo Beraldin, não obstante V. Exa., na 26ª Sessão Ordinária, realizada no último dia 30 de abril, tenha colocado à disposição da CPI local exclusivo e técnicos desta Casa e do Tribunal de Contas para o assessoramento necessário;

- definição de forma unilateral pelo presidente da CPI e sua equipe pessoal de quais operações serão investigadas (dentre aquelas apontadas como irregulares no relatório do Banco Central) e as empresas e pessoas que terão sigilo quebrado;

- ausência de pauta e de cópia dos requerimentos a serem liberados previamente à sessão pública. Em regra, os demais membros da CPI são informados das deliberações no momento da votação pela leitura feita por um dos assessores diretos do Presidente. Esta, em verdade, a razão das reiteradas divergências entre esta deputada e o presidente da CPI durante as sessões públicas. Nossa preocupação em relação aos requerimentos de quebra de sigilo (bancário, fiscal e telefônico) se deve à insegurança em relação aos fatos e documentos que justifiquem a medida extrema;

- desobediência por parte do Presidente da CPI às segundas deliberações do colegiado no sentido de que a comissão primeiro colha o depoimento dos envolvidos para depois deliberar sobre a quebra de sigilo destes.

Registre-se que, no último dia 28, pela primeira vez, depois de mais de dois meses de trabalho da CPI, foi realizada uma reunião com a comunicação prévia do assunto a ser deliberado (quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Silver Cloud Distribuidora de Gêneros Ltda), acompanhada de cópia do respectivo requerimento.

Mas não foi deliberada a quebra de sigilo da referida empresa por causa do comparecimento de V. Exa à reunião para pedir que a CPI dê o direito de defesa aos envolvidos antes de deliberar sobre a quebra de sigilo destes e de comunicar o fato à imprensa. Em especial, V. Exa. solicitou que a CPI ouvisse o empresário Darcy Fantin, da DM Construtora de Obras, que acabara de visitá-lo em seu gabinete sob a alegação de que teria procurado a CPI e esta lhe teria negado o direito de comparecer à sua presença para prestar esclarecimentos e apresentar documentos.

Este fato, Excelência foi motivo - depois de sua saída da reunião - para uma discussão acirrada entre esta deputada e o presidente da CPI que insinuou, conforme consta das notas taquigráficas, que havia um acordo entre nós - V. Exa. e esta deputada - para que fosse colocada em pauta a deliberação sobre a convocação do empresário Darcy Fantin, o que também não corresponde à verdade. Esta deputada sequer sabia da presença do empresário em seu gabinete.

Diante dessa situação constrangedora, Excelência, e não vendo qualquer possibilidade de cumprir a honrosa tarefa de relatora para a qual fomos designada - por não estarmos participando efetivamente da condução dos trabalhos da CPI e não possuímos o controle dos atos e documentos reunidos até o presente momento, quando já escoou-se mais da metade do prazo regimental - vimos, com fulcro no artigo 44, inciso II e parágrafo 1º, do Regimento Interno desta Casa, renunciar à condição de membro e de relatora na CPI do Banestado.

Atenciosamente  
(a) ELZA CORREIA

## Indicações:

### INDICAÇÃO Nº 49/2003

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O deputado Geraldo Cartário dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A encampação os serviços sob concessão rodoviária em todo o Estado do Paraná, por motivo de interesse público e inexecução dos respectivos contratos.

2 - Com a encampação, o DER/PR - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, assumirá os serviços anteriormente concedidos.

3 - a partir da encampação, passariam a vigorar as seguintes tarifas:

I. R\$1,00 (um real) para automóveis; e

II- R\$0,50 (cinquenta centavos) por eixo para os demais veículos.

4 - Os valores acima seriam reajustados pelos índices de custos de obras rodoviárias adotadas pelo DER/PR - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

5 - As eventuais indenizações provenientes do processo de encampação seriam pagos com até 50% (cinquenta por cento) dos recursos oriundos das receitas estabelecidas no item anterior.

Sala das Sessões, em 02.06.2003

(a) GERALDO CARTÁRIO

### JUSTIFICATIVA:

Desde a instituição dos pedágios no Estado do Paraná são crescentes as manifestações de repúdio por diversos segmentos da sociedade, em especial os usuários e a classe produtora, decorrente dos custos de transporte e seu reflexo no custo final das mercadorias.

Paralelamente, a imprensa vem noticiando o não cumprimento das obrigações previstas em lei e estabelecidos em contrato, objetivando as melhorias e a manutenção da malha rodoviária.

Além disso, o órgão técnico estadual, gestor pelo cumprimento dos contratos o DER/PR, vem sistematicamente constatando deficiência no cumprimento das concessões, inclusive penalizando as empresas concessionárias com multas.

Diante desses fatos, a Assembléia Legislativa do Paraná, não pode omitir-se em defesa da sociedade para-

naense, especialmente aos usuários das rodovias no Estado.

#### INDICAÇÃO Nº 50/2003

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná

1 - Sugerimos a criação de um programa de Habitação Rural no Estado do Paraná, vinculado à Secretaria Especial da Política Habitacional.

2 - O objetivo do programa de Habitação Rural é financiar a construção, reforma e/ou ampliação de moradias rurais aos agricultores familiares.

3 - O valor do financiamento a ser concedido é de R\$8.000,00 (oito mil reais).

4 - Serão beneficiários deste financiamento os agricultores familiares que atendam aos seguintes requisitos:

I - Utilizar o trabalho direto seu e de sua família na exploração agrícola da terra;

II - Não deter, a qualquer título, área de terra superior a 04 (quatro) módulos fiscais.

III - Ter a renda familiar proveniente da exploração agropecuária, pesqueira ou estrativa;

IV - Residir na propriedade há pelo menos 01 (um ano);

V - Possuir declaração de aptidão fornecida pelo sindicato de trabalhadores rurais do respectivo município do beneficiário.

5 - A concessão do financiamento obedecerá, os seguintes parâmetros:

I - Carência de até 01 (um) ano e meio;

II - Prazo de amortização de no mínimo 10 (dez) anos;

III - prazo de 180 dias, após a liberação do recurso, para a conclusão da reforma, construção ou ampliação da moradia rural.

IV - A amortização será feita pelo valor nominal contratado, observado o prazo de carência prevista no inciso I deste artigo, sendo o mesmo sob a forma de equivalência produto da atividade principal do beneficiário, podendo ser o vencimento em parcelas anuais ou semestrais, conforme opções do agricultor.

6 - Os recursos financeiros serão provenientes aqueles gerenciados pela Caixa Econômica Federal, Projeto Alívio a Pobreza no Meio Rural e Gerenciamento de Recursos Naturais; Contrato de Empréstimo 4060/BR e outras fontes a serem indicadas pelo Poder Executivo Estadual.

I - O Poder Executivo poderá abrir crédito em qualquer tempo no seu orçamento para a eficácia plena do presente programa.

7 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir a qualquer tempo, no Orçamento Anual do Estado, os créditos adicionais necessários para tender as despesas decorrentes desta lei.

8 - Para a implementação do presente Programa; elaboração dos projetos, prestação de assistência técnica social serão competência da Cohapar, SEAB e demais órgãos do Estado.

9 - Também farão parte da organização (localização junto à propriedade) e realização dos projetos os técnicos da Emater e das cooperativas de créditos rurais.

Sala das Sessões, em 02.06.2003

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela cria o Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná. Trata-se de grande alcance social, pois contribuirá e auxiliará nas reformas, ampliações e construções de moradias rurais de agricultores familiares.

Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das famílias do campo, assegurando melhores condições de moradia para os agricultores familiares paranaenses. Com a realização do programa o agricultor será valorizado e motivado a permanecer trabalhando na terra, evitando o êxodo rural que tanto preocupa a sociedade do Estado.

Outro fator importante é a oportunidade para os filhos destes agricultores, que estejam planejando constituir famílias e tornar-se “independente de moradia” construir sua própria casa na propriedade rural da família.

Dessa forma ele continuará residindo e trabalhando próximo de sua família, sem desagregar o núcleo familiar e sem prejudicar a produção agrícola ou agropecuária executada por ele em conjunto com seus familiares.

Sendo assim, solicito o apoio e a aprovação dos excelentíssimos deputados ao presente projeto de lei.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO Nº 1073

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 004/2003, que visa sustar o Decreto Governamental nº 1247 de 12 de maio do corrente ano.

Sala das Sessões, em 02.06.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

##### REQUERIMENTO Nº 1095

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto nos artigos 164, II e 167, parágrafo 5º, combinados com o artigo 132, parágrafo 2º, inciso X do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação nominal para o requerimento de urgência para o Decreto Legislativo nº 004/2003.

Sala das Sessões, em 02.06.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

##### REQUERIMENTO Nº 1094

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido

o soberano Plenário, sejam enviadas as senhor governador do Estado do Paraná Roberto Requião, as notas taquigráficas da Sessão Plenária do presente dia, onde conste o pronunciamento do senhor reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Paulo Godoy.

Sala das Sessões, em 02.06.2003.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 1077

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Godoy Prado, ocorrido na quinta-feira dia 29/05/2003., em Japurá-PR.

Sala das Sessões, em 02.06.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade do município de Japurá e todos os que tiveram a ventura de participar do convívio do Sr. Luiz Godoy Prado, estão enlutados e pesarosos em virtude do seu falecimento.

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento do Poder Legislativo paranaense à memória do Sr. Luiz Godoy Prado.

Que, da decisão se dê ciência a família com o envio de cópia do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 1078

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Pianaro.

Sala das Sessões, em 02.06.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade de Santa Felicidade e todos os que tiveram a ventura de participar do convívio do Sr. Pedro Pianaro, estão enlutados e pesarosos em virtude do seu falecimento. O Sr. Pedro era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, todos entristecidos com o seu passamento. Esposo da Sra. Lizone Vendramin Pianaro, ele exerceu com muita dedicação e carinho o papel de pai, esposo e companheiro.

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento do Poder Legislativo paranaense à memória do Sr. Pedro Pianaro.

Que, da decisão se dê ciência a família com o envio de cópia do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 1079

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após

aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Chagas Lima.

Sala das Sessões, em 02.06.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade de Santa Felicidade e todos os que tiveram a ventura de participar do convívio do Sr. Carlos Chagas Lima, estão enlutados e pesarosos em virtude do seu falecimento.

O Sr. Carlos era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, todos entristecidos com o seu passamento.

Esposo da Sra. Iolanda Chagas Lima, ele exerceu com muita dedicação e carinho o papel de pai, esposo e companheiro.

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento do Poder Legislativo paranaense à memória do Sr. Carlos Chagas Lima.

Que, da decisão se dê ciência a família com o envio de cópia do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 1090

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, votos de pesar aos familiares do Sr. João Fellipe Chaves Loureiro, pelo falecimento ocorrido no último sábado, dia 31 de maio.

O ilustre senhor, filho de Sadi Marcondes Loureiro e Maria Chaves Loureiro, formado em direito pela Universidade Federal do Paraná, foi o primeiro promotor da cidade de Toledo Estado do Paraná; foi também presidente da SAM - Serviço de Assistência ao Menor; diretor proprietário da Companhia Telefônica Iguaçu, a qual foi responsável pela primeira instalação telefônica da cidade de Palmas, Estado do Paraná; vereador e presidente da Câmara dos Vereadores da cidade de Palmas, Estado do Paraná; e funcionários desta Casa de Leis, atuando também na Comissão de Limites da ALEP, fazendo com que seu nome ficasse gravado na história das cidades de Curitiba, Palmas e Toledo, prestando incomparável serviço ao Estado do Paraná.

Solicito a especial gentileza em notificar a Sra. Mirte Jume glut Loureiro acerca do voto em apreço, sito à Rua Gláucio Bandeira nº 1801, Ahu, CEP: 82.220-280, município de Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 02.06.2003.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 1082

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que subscreve o presente documento, vem REQUERER regimentalmente ao Plenário desta Casa Legislativa a inserção nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, os votos de congratulações deste Poder, a tenista Bianca Spinassi, da cidade de

Marechal Cândido Rondon - PR, por sagrar-se campeã do Campeonato Brasileiro de Tênis, na categoria 14 anos, no último dia 24 de maio, na cidade de Londrina, neste Estado.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por essa proposição, rende a sua homenagem a tenista rondonense e sua estimada família pelo título conquistado, desejando largo sucesso nos novos certames que vier a disputar e uma carreira promissora no esporte do tênis.

Do aprovado, este parlamentar solicita que seja dado ciência a atleta homenageada, através de correspondência a ser remetida para Rua José Bonifácio, 513, CEP: 85960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 02.06.2003.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 1072

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao novo presidente da Associação Brasileira do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Sr. Rogério Wallbach Tizzot.

Da decisão do Plenário, requerem envio de correspondência ao homenageado no endereço: SCS - Qd. 01 - Bloco "I" - número 30 - Ed. Central - Conjunto 1005 - Brasília-DF - CEP: 70304-900.

Sala das Sessões, em 02.06.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 1071

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja formada nesta Casa de Leis, uma comissão suprapartidária composta de 7 membros, para visitar a Universidade Estadual de Ponta Grossa e verificar as estruturas lá já existentes para o curso de Medicina.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 1091

Senhor Presidente:

As deputadas que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM, envio de expediente ao inspetor Hélio Cardoso Derenne, da 7ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal do Paraná, solicitando a implantação de uma Delegacia ou Posto da Polícia Rodoviária Federal, na cidade de Maringá.

Nestes termos pedem deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.06.2003.

(a) ELZA CORREIA  
CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1068

Senhor Presidente:

Hermes Fonseca Filho, deputado estadual que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja solicitada a S. Exa. o Sr. Waldyr Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, a execução da sinalização horizontal na PR-160, no trecho compreendido entre Cornélio Procópio e Congonhinhas, com a maior brevidade possível.

Sala das Sessões, em 02.06.2003.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A sinalização que havia, desapareceu. O tráfego no período noturno se torna cada vez mais perigoso pela ausência das faixas na pista, mormente nesta época do ano quando há muita neblina (cerração).

#### REQUERIMENTO Nº 1069

Senhor Presidente:

Hermes Fonseca Filho, deputado estadual que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, sejam solicitadas a S. Exa. o Sr. Dr. Cláudio Murilo Xavier, secretário de Estado da Saúde, as informações e/ou providências abaixo:

1. Qual é o montante de recursos financeiros que o Estado repassa, mensalmente/anualmente ao Cisnop - Consórcio Intermunicipal de Saúde Norte do Paraná?

2. As cópias dos contratos firmados pelo Cisnop com prestadores de serviços e os respectivos processos licitatórios.

Sala das Sessões, em 02.06.2003.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Há inúmeras reclamações de usuários com relação ao atendimento do Cisnop.

Cabe a este parlamentar a função de fiscalizar as ações do Executivo Estadual (artigos 74 e 75 da Constituição Estadual).

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 312/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 10 da Lei nº 12.493, de 22 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

“Art. 10 - ...

Parágrafo Único - Ficam proibidos, em todo o território do Estado do Paraná, a instalação e o funcionamento de empreendimentos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais em distância inferior a vinte quilômetros de núcleos populacionais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.06.2003.

(a) ELZA CORREIA

**JUSTIFICATIVA:**

Sabe-se que o acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos industriais, têm que obedecer a critérios e condições mínimas estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas e Legislação Ambiental do Estado.

Não obstante, considerando que se trata de resíduos perigosos, altamente poluentes, que podem causar prejuízo à saúde, à segurança e ao bem-estar da população, estamos estabelecendo, por meio do presente projeto, a proibição de instalação e funcionamento de empreendimentos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais em distância inferior a vinte quilômetros de núcleos populacionais.

Essa proposta tem por finalidade, portanto, dar cumprimento aos preceitos dos artigos 225, da Constituição Federal, e 207, da Constituição Estadual, que asseguram a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à sadia qualidade de vida.

**PROJETO DE LEI Nº 313/2003**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica criado a possibilidade para as Associações de Pais e Mestres, nas Escolas Públicas Estaduais, bem como aos diretórios acadêmicos das Universidades Públicas do Estado, a locarem para a propaganda, o espaço dos muros dos respectivos estabelecimentos.

Parágrafo Único - A renda advinda da locação a que se refere este artigo será revertida, integralmente, às Associações de Pais e Mestres e aos Diretórios Acadêmicos.

Art. 2º - A propaganda mencionada no artigo anterior poderá ser de qualquer espécie, excetuando-se as de conteúdo político, as referentes a cigarros, bebidas alcoólicas e outros produtos nocivos à saúde, bem como as que promovam jogos ou diversões que atentem contra os bons costumes e a moral.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.06.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

**JUSTIFICATIVA:**

Salienta-se que com o projeto de lei em epígrafe, as Associações de Pais e Mestres, bem como os diretórios acadêmicos terão disponibilidade de capital para aplicarem em melhorias para os próprios estabelecimentos de ensino respectivos, e desta forma, contribuindo para que

os alunos tenham melhores condições para desenvolverem suas diversas atividades.

Ocorre ainda que se estará aproveitando um espaço atualmente sem utilização, com propagandas livres de qualquer cunho político e isento de dúvidas quanto a sua intenção, vale dizer, não podendo ser de cigarros, bebidas alcoólicas e outros produtos nocivos à saúde, ou ainda, que promovam jogos ou diversões que atentem contra os bons costumes.

Cabe também esclarecer que no Estado de São Paulo existe a Lei nº 6479 de 15.08.89, que trata do mesmo assunto, com algumas pequenas diferenças e, no entanto, desde 1989 o espaço das escolas públicas daquele Estado já era melhor aproveitado que no Paraná, gerando melhores condições de arrecadação e por consequência ampliação e melhoramento dos aparatos estudantis.

**PROJETO DE LEI Nº 314/2003**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - É declarada de Utilidade Pública Estadual o Centro de Apoio Casa de Passagem, com sede no município de Curitiba - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.06.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

**JUSTIFICATIVA:**

O Centro de Apoio Casa de Passagem de Curitiba é uma entidade de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, fundada em 19 de abril de 2002, sob a forma de sociedade civil, com sede e foro sito à Rua Marechal Hermes, 1385, Centro Cívico, Curitiba, PR.

Trata-se de entidade que tem por finalidade a prestação de assistência social aos menos favorecidos. O Centro de Apoio Casa de Passagem oferece hospedagem e refeição a pessoas de outros municípios que por motivos de tratamento de saúde necessitem de permanência temporária em Curitiba.

A Casa dispõe de 22 leitos e cria condições de carinho e comodidade às pessoas lá hospedadas, garantindo acomodações confortáveis para o paciente e seu acompanhante. São oferecidas quatro refeições, serviço de limpeza e lavanderia para os hóspedes, além de material de higiene e limpeza. Todos os procedimentos são realizados dentro das normas e exigências da vigilância sanitária.

Além da hospedagem, a Casa possui um bazar de usados que auxilia a comunidade com doações ou vendendo roupas a preços módicos e revertendo o lucro para o Centro de Apoio.

Tendo em vista o trabalho ininterrupto desenvolvido por esta entidade junto à população do Brasil



inteiro, observamos a relevância social e o reconhecimento desta população que necessita contar com a continuidade dos benefícios.

Assim sendo, entendemos que ela faz jus ao título de Utilidade Pública, como reconhecimento aos bons serviços prestados à população.

**A SRA. CIDA BORGHETTI (Pela Ordem)**

Gostaria de registrar a presença dos vereadores de Maringá, minha cidade, a vereadora Edith Dias, vereadora Márcia Socreta e também o vereador Mário Mantovani. Quero também registrar o trabalho que esses vereadores e vereadoras têm feito pela cidade de Maringá.

Hoje é um dia bastante especial que estamos acompanhando os vereadores em muitas audiências em favor da nossa cidade de Maringá.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Nossas boas-vindas aos nosso ilustres visitantes.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra à deputada Elza Correia.

**A SRA. ELZA CORREIA**

Senhor presidente, e nobres companheiros, não querendo polemizar, ser breve, e amparada pelas prerrogativas do nosso Regimento Interno, artigo 44, II, § 1º, faço leitura de documento, já encaminhado ao presidente desta Casa.

(Lê):

“OFÍCIO Nº 186/2003

Curitiba, 02 de junho de 2003.

Senhor Presidente:

Foi com muita honra que aceitamos a indicação da liderança do PMDB desta Casa para integrar, na qualidade de relatora, a Comissão Parlamentar de Inquérito constituída para investigar e apurar denúncias de corrupção nas ações e/ou omissões do Governo Estadual e de terceiros favorecidos em relação ao Banco do Estado do Paraná - CPI Banestado.

Ser designada para missão tão importante é o que de melhor poderíamos almejar para início de nosso mandato nesta Casa Legislativa. Essa experiência, sem dúvida, seria particularmente rica para nossa trajetória política - pautada na coragem e determinação de combater atos ilegais, imorais, e lesivos ao patrimônio público praticados por agentes administrativos sem qualquer respeito às instituições públicas e à sociedade civil.

No caso do Banestado, sabe-se que investigações efetuadas pelo Ministério Público, federal e estadual, e pelo Banco Central do Brasil, apontam para a existência de irregularidades em operações financeiras que causaram graves prejuízos ao Banco, legando uma dívida enorme ao povo paranaense. Faz-se imprescindível a apuração desses fatos para a aplicação das penalidades cabíveis aos responsáveis. Foi com o propósito de contribuir

para esse intento que aceitamos a indicação para integrar e ser a relatora da CPI criada por esta Casa.

Infelizmente, senhor presidente, não vislumbramos nenhuma possibilidade de prosseguir nesse mister. Como é sabido, as divergências entre o Presidente da CPI, deputado Neivo Beraldin, e esta deputada, quanto à forma de condução dos trabalhos, são cada vez mais acirradas, causando um clima insustentável nas reuniões da Comissão.

Temos sido acusada publicamente pelo deputado Neivo Beraldin de atrapalhar e atrasar os trabalhos da CPI com insistentes contestações e de querer deliberar sobre quebra de sigilo dos envolvidos em reuniões secretas. E o que é pior: de querer ganhar mídia às custas do Presidente da CPI.

Isso não é verdade! As razões dessas contestações têm sido colocadas de maneira clara e indubitosa por esta deputada desde o início dos trabalhos. São elas:

- Ausência de definição dos fatos determinados objeto de investigação - o requerimento de criação da CPI os enuncia genericamente - e de roteiro a ser seguido, o que faz com que os trabalhos sejam conduzidos de maneira desordenada e às vezes sem observância de princípios inerentes à condução do inquérito parlamentar;

- inexistência de uma sala específica para os trabalhos e documentos, que ficam concentrados na sala pessoal do deputado Neivo Beraldin, não obstante V. Exa., na 26ª Sessão Ordinária, realizada no último 30 de abril, tenha colocado à disposição da CPI local exclusivo e técnicos desta Casa e do Tribunal de Contas para o assessoramento necessário;

- definição de forma unilateral pelo Presidente da CPI e sua equipe pessoal de quais operações serão investigadas (dentre aquelas apontadas como irregulares no relatório do Banco Central) e as empresas e pessoas que terão o sigilo quebrado;

- ausência de pauta e de cópia dos requerimentos a serem deliberados previamente à sessão pública. Em regra, os demais membros da CPI são informados das deliberações no momento da votação pela leitura feita por um dos assessores diretos do Presidente. Esta, em verdade, a razão das reiteradas divergências entre esta Deputada e o Presidente da CPI durante as sessões públicas. Nossa preocupação em relação aos requerimentos de quebra de sigilo (bancário, fiscal e telefônico) se deve à insegurança em relação aos fatos e documentos que justifiquem a medida extrema;

- desobediência por parte do Presidente da CPI às seguidas deliberações do Colegiado no sentido de que a Comissão primeiro colha o depoimento dos envolvidos para depois deliberar sobre a quebra de sigilo destes.

Registre-se que, no último dia 28, pela primeira vez, depois de mais de dois meses de trabalho da CPI, foi realizada uma reunião com a comunicação prévia do assunto a ser deliberado (quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Silver Cloud Distribuidora de Gêneros

Ltda.), acompanhada de cópia do respectivo requerimento.

Mas não foi deliberada a quebra de sigilo da referida empresa por causa do comparecimento de V. Exa. à reunião para pedir que a CPI dê direito de defesa aos envolvidos antes de deliberar sobre a quebra de sigilo destes e de comunicar o fato à imprensa. Em especial, V. Exa. solicitou que a CPI ouvisse o empresário Darcy Fantin, da DM Construtora de Obras, que acabara de visitá-lo em seu gabinete sob a alegação de que teria procurado a CPI e esta lhe teria negado o direito de comparecer à sua presença para prestar esclarecimentos e apresentar documentos.

Este fato, Exa., foi motivo - depois de sua saída da reunião - para mais uma discussão acirrada entre esta deputada e o Presidente da CPI que insinuou, conforme consta das notas taquigráficas, que havia um acordo entre nós - V. Exa. e esta deputada - para que fosse colocada em pauta a deliberação sobre a convocação do empresário Darcy Fantin, o que também não corresponde à verdade. Esta deputada sequer sabia da presença do empresário em seu gabinete.

Diante dessa situação constrangedora, Exa., e não vendo qualquer possibilidade de cumprir a honrosa tarefa de relatora para a qual fomos designada - por não estarmos participando efetivamente da condução dos trabalhos da CPI e não possuímos o controle dos atos e documentos reunidos até o presente momento, quando já esgotou-se Mais da metade do prazo regimental - vimos, com fulcro no artigo 44, inciso II, e parágrafo 1º, do Regimento Interno desta Casa, renunciar à condição de membro e relatora da CPI do Banestado.

Atenciosamente,

(a) ELZA CORREIA  
Deputada Estadual”

Queria especialmente agradecer os meus companheiros de CPI, pelo respeito que tiveram com essa companheira, dizer que não quero polemizar é uma decisão para evitar mais constrangimentos e desimpedir se este é o caso, para que a CPI tome o rumo que achar necessário. Sinceramente, espero que os companheiros tenham sucesso. Como Relatora, no foco desses sucessivos constrangimentos, não tive outra alternativa, a não ser essa, senhor presidente, que acabo de tomar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

No Pequeno Expediente, o deputado Pedro Ivo.

O SR. PEDRO IVO ILKIV

Senhor presidente, deputadas, deputados, demais presentes aqui nesta Assembléia.

Quero aproveitar o momento que ocupa este espaço para colocar aos colegas deputados que neste final de semana estivemos num encontro em São Luiz do Maranhão, onde estivemos representando a Assembléia Legislativa aqui do Paraná no encontro da Unale, onde

estiveram participando do encontro os deputados Durval Amaral, Ademir Bier, Bradock, José Maria, Reni Pereira e eu. Nesse encontro foi escolhida a nova chapa da Unale que ficou como presidente o Sr. Alexandre Postau do Rio Grande do Sul, como vice-presidente o senhor Ronildo Capichaba e também o nosso companheiro José Maria ficou como tesoureiro da chapa da Unale. Então, estamos bem representados junto à chapa. Também foram debatidas nessa reunião as propostas de reforma da previdência, reforma tributária e reforma política. O encontro teve pessoas que explanaram as propostas, representantes do Ministério da Previdência, da Secretaria da Fazenda, o Ministro do Supremo Tribunal que debateu a reforma política também.

O principal motivo que me traz até aqui também se refere à questão da CPI do Banestado. Quando estive nesse encontro no Maranhão, recebi um telefonema de uma pessoa, uma colega nossa, que estava muito chateado com a minha pessoa porque eu havia divulgado uma lista de nomes de pessoas que têm contas no Banco de New York. De fato, eu recebi uma lista de nomes de pessoas e essa lista não me inspirou muita credibilidade, até por que não tinha timbre do Banco, apenas tinha o número da conta e uma relação de nomes. Aí tive muita cautela porque passei pela prefeitura e tive uma oposição muito ferrenha sabendo muito bem o que é acusar as pessoas sem ter de fato provas do que se acusa e não faz parte da minha índole, do meu caráter, acusar alguém desse nível sem ter a certeza se essa lista é verídica ou não.

Essa pessoa estava indignada comigo porque saiu uma matéria no jornal O Estado do Paraná e no Jornal Trovão Azul, colocando, inclusive, a minha foto e dessa pessoa que é colega nossa. Então, eu queria deixar registrado que o conteúdo dessa lista, não guardei para mim como uma forma de manter as informações sobre sigilo ou usar isso para outras finalidades, essa lista foi encaminhada ao Ministério Público, sendo ele o órgão competente, para averiguar, aprofundar se essa lista procede ou não, se dá para dar crédito a essa lista.

Em nenhum momento guardei as informações comigo, como o jornal deixa até insinuado nesse sentido e em nenhum momento divulguei nome de pessoa alguma, muito menos o nome dessa pessoa que mal conheço, não teria motivo político, não é da nossa região e jamais faria isso com pessoa alguma, nem que fosse adversário político, não tendo certeza do fato estar acusando às pessoas.

Quero, então, deixar registrado que recebi essa lista, tomei as providências, mas em momento algum divulguei nomes de pessoas e quero deixar isso registrado de público nesta Sessão de hoje.

O SR. RENI PEREIRA

Pela ordem, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Gostaria, até mesmo para complementar as palavras do deputado Pedro Ivo, dizer desse encontro, sétimo

encontro da Unale, da nossa satisfação em ver o prestígio que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná têm.

Eu, o deputado Pedro Ivo e o deputado Bradock estivemos lá pela primeira vez acompanhados também do vice-governador, o ex-deputado Orlando Pessuti e esse prestigiamento, com certeza, se reverteu em frutos lá.

Além dos deputados Bradock e Pedro Ivo, estiveram lá acompanhando o encontro, os deputados Ademir Bier, José Maria e Durval Amaral. Estivemos lá para trabalhar e nesse sentido deu resultado, até mesmo ecoando na proposta que aqui tivemos na última segunda-feira na Sessão Especial da Reforma Tributária.

Hoje mesmo, pela manhã, tivemos o retorno de duas Assembléias Legislativas, a do Pará e a do Mato Grosso, nos convocando para quarta-feira estarmos lá representando a Assembléia Legislativa do Paraná em Brasília para que possamos coletar 171 assinatura para contemplarmos todas aquelas preocupações da Sociedade Paranaense, do Movimento Pró-Paraná, da AMP, das entidades representativas de classes e dos setores produtivos que aqui estiveram na segunda-feira e analtecaram as preocupações e com certeza, essas preocupações do Paraná fizeram o eco e a causa paranista da energia elétrica já não é mais só do Paraná, nós tivemos lá o reflexo dessa causa em vários Estados: Pará, Rio de Janeiro, a própria Minas Gerais e acredito que é um sonho que não está tão longe. Se nós agirmos prudentemente unindo forças com as demais Assembléias será possível. E na quarta-feira, só estou esperando o deputado José Maria, o deputado Durval já chegou, para nós fazermos presença lá em Brasília, para lutarmos juntos pelo Paraná e pelo pacto federativo. Era isso, senhor presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Agradecemos a parabenizamos o deputado Reni Pereira.

Próximo inscrito, deputado Elton Welter.

#### O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, população aqui presente, imprensa presente, a nossa satisfação.

Muitos já disseram que vão ficar com saudades do Lerner.

Venho aqui falar um assunto que nos dá tristeza, novamente. Vou falar do contrato de concessão da Ferropar.

Infelizmente, o contrato não vem sendo cumprido. Lamentável, mas a Ferroeste está analisando os contratos e não está sendo cumprido. Por exemplo, o que está sendo transportado pela Ferropar, atualmente é em torno de um milhão e trezentas mil toneladas. De acordo com os contratos, deveriam estar sendo transportados três milhões de toneladas.

Os contratos dizem o seguinte: Que deveria ter 56 locomotivas já transportando e 640 vagões. Possuem apenas 17 locomotivas e 328 vagões; E que os vagões tam-

bém deveriam estar apropriados para transportar 95 metros cúbicos e estão transportando apenas 79 metros cúbicos e que as locomotivas deveriam estar adaptadas com os motores de 2500hp e estão com 1600hp. Então, mais uma vez senhores deputados, senhoras deputadas e povo paranaense: Um contrato que foi firmado que não está sendo cumprido e traz prejuízo para o transporte do Paraná.

Inclusive acarreta nessa fila de caminhões que foi refletida país afora no início do ano, com relação ao transporte da soja.

É um contrato que deve ser revisto também pelo governo ou haver uma intervenção na Ferropar.

Eu, pessoalmente, defendo que haja a intervenção na Ferropar, porque ela não está cumprindo com os contratos previamente definidos no governo passado. Infelizmente, mais uma mazela, um negócio mal feito que não está sendo cumprido pelo governo anterior e agora nós temos que tomar as providências.

Infelizmente, é o que está acontecendo no Paraná e tem que ser tomadas as providências para que a população tenha o benefício que é uma estrada em trilhos de trem. Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Elio Rusch.

#### O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, prezados paranaenses que nos honram com vossa visita nesta Sessão de hoje.

Algumas Sessões passadas, senhor presidente, eu usava essa tribuna e analisava rapidamente o balanço bimestral publicado no Diário Oficial do dia 31 de março, em relação as receitas e as despesas do Governo do Estado.

Naquela ocasião, transmitia dessa tribuna que havia um superávit orçamentário em relação a janeiro e fevereiro, do Estado do Paraná, de quinhentos e noventa e nove milhões de reais.

Quer dizer, dinheiro que o Governo do Estado arrecadou. Descontando as despesas, teríamos um superávit de quinhentos e noventa e nove milhões do balanço referente a janeiro e fevereiro.

Temos uma Lei de Responsabilidade, que é a Lei Complementar nº 102/2002. O que diz essa Lei de Responsabilidade?

Para que todos entendamos e, principalmente as pessoas que aqui estão, faço questão, senhor presidente e senhores deputados, de ler o parágrafo 4º, do artigo 9º, da Lei Complementar nº 101, que diz o seguinte: "Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública, na Comissão referida no parágrafo 1º, do artigo 166 da Constitucional ou equivalente, nas casas legislativas estaduais e municipais".

O que quer dizer isso, senhor presidente e senhores deputados?

Terminou o prazo, no último dia 30 - já que dia 31 foi sábado - para que o Governo do Paraná viesse a esta Casa e transmitisse - se não quisesse para o Plenário da Assembléia Legislativa, mas na comissão permanente aqui da Casa, através de uma audiência pública bem divulgada, para que toda a sociedade do Estado tivesse acesso e pudesse assistir ao desempenho do orçamento do Estado, através da receita e das despesas fixadas.

E aí é que cabe a nós, deputados, uma pergunta, uma dúvida: o que está acontecendo no Estado do Paraná? O que está acontecendo com as receitas do Estado do Paraná, se nem a Lei de Responsabilidade é cumprida pelo Governo do Estado? Se há determinação, porque é uma lei de responsabilidade, como diz a própria Lei Complementar nº 101. O Governo se omite, não presta as informações que são exigidas por lei, e está aí o nosso líder do Governo, o deputado Ângelo Vanhoni, por quem tenho o maior respeito. Falei com V. Exa. na semana passada e perguntei-lhe se quando o governo vier à Assembléia, que por favor informe a nós deputados, entregue-nos ao menos alguns documentos para que possamos questionar ou ao menos estar a par daquilo que está acontecendo no Estado do Paraná. Lembro-me muito bem senhor presidente, que no governo passado, veio para cá alguém do secretário e trouxe para nós, deputados, a documentação. Tomamos conhecimento na hora!

O presidente da Casa, na época, pediu que o secretário retornasse à sua Secretaria e atendesse um pedido, se não me falha a memória, do deputado José Maria Ferreira, que pediu que os deputados pudessem acompanhar, pudessem estudar com antecedência e isso não aconteceu...

**(Corte do som)**

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Concedo mais um minuto para V. Exa. concluir.

**O SR. ELIO RUSCH**

Agradeço!

E dizer ao senhor presidente e senhores deputados, infelizmente o nosso tempo é curto, mas o deputado Plauto Miró também está inscrito na Liderança do PFL e fará uso da palavra. Além de o Governo não ter cumprido com o disposto no artigo 9º, parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, também não cumpriu até hoje, o que nos estranha, até fins de fevereiro deveria estar, no mínimo, disponibilizado na internet o quadrimestre do ano passado. E nem isso está na internet! Nem isso foi disponibilizado! E continua o Governo a dizer que o Paraná está falido! Ora, se está falido queremos saber dos números! Tem dinheiro ou não. Pelo primeiro balanço do primeiro bimestre existe um superávit de 599 milhões de reais. Fala-se no Estado que não tem dinheiro. Venham e nos tragam, no mínimo, essas informações.

Agradeço ao senhor presidente e aos senhores deputados por essa oportunidade e na certeza que isso será tema a ser discutido daqui para frente. Espero, sim, senhor presidente, que a Assembléia Legislativa, a sua Mesa, tome providência, porque lei não se discute, lei se cumpre. Está aqui a Lei de Responsabilidade.

**O SR. TADEU VENERI**

Senhor presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

Ouvi atentamente a intervenção feita pelo deputado Elio Rusch e concordo que a Lei de Responsabilidade Fiscal deve ser respeitada. Todas as publicações que fizerem esclarecimentos para a população, devem ser feitas. Nesse sentido eu gostaria de fazer um esclarecimento à Mesa. Há uma matéria, deputado Elio Rusch, nos jornais da semana passada, que aponta que esta Casa - o senhor fazia parte da Mesa - não fez a publicação no último quadrimestre.

**O SR. ELIO RUSCH**

Senhor presidente, é sobre a questão encaminhada pelo deputado.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Vamos ouvir a questão de ordem do deputado Tadeu Veneri.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Não cabe a questão de ordem, senhor presidente. Se cada deputado ocupar o espaço do Pequeno, do Grande Expediente ou da Liderança, vamos voltar ao que aconteceu na semana anterior. Começaram a abrir exceções. Quando se abre exceção a um parlamentar tem que se abrir a outro e não cumprimos com o Regimento. Desculpe, deputado! Não cabe a questão de ordem. cabe sim a V. Exa. fazer o uso do Pequeno ou do Horário da Liderança do seu Partido.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

V. Exa. tem razão. Apenas ouviremos o pronunciamento do deputado Tadeu, que está encerrando. Se for preciso usaremos o regimento.

**O SR. TADEU VENERI**

Obrigado, senhor presidente.

Era apenas para fazer essa lembrança que acho necessária. O deputado corretamente coloca que seja cumprido o Regimento ao "pé da letra", se for, senhor presidente, para cumprirmos o regimento ao "pé da letra", 90% do que é dito aqui terá que ser retirado, inclusive, muitas das interpelações que ouvimos na quarta-feira.

Obrigado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Se for preciso usaremos o Regimento.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

O deputado Elio Rusch tem razão! É uma falha técnica do governo e com certeza o deputado Ângelo Vanhoni vai conversar como secretário da Fazenda. É obrigatório por lei, a cada quatro meses, o secretário vir fazer esclarecimentos da gestão fiscal do governo. Deve ter havido uma falha técnica, mas que esperamos seja solucionada. De fato ocorreu. Hoje pela manhã tivemos contato com o governo, para que esse procedimento fosse resolvido, senhor presidente. Nós, que no governo passado, tivemos essa atitude firme de cobrar, não vamos mudar de posição agora. O governo Requião tem sim, a vontade e o desejo e quer cumprir a lei. A lei vai se cumprir e o secretário virá a esta Casa apresentar os números da gestão fiscal do governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Mesmo que não tenha sido uma questão de ordem feita, vou usar o Regimento a partir de agora.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, como V. Exa. abriu exceção para o deputado Veneri, tenho alguma coisa a dizer em cima do que o deputado Nereu Moura falou. Ou se cumpre o Regimento ou...

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Estamos em comum acordo.

O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Quero lhe comunicar que estamos filiando o deputado Mauro Moraes do PL e temos a presença do deputado federal Oliveira Filho, do ex-deputado estadual Júlio Ando, temos a presença do deputado federal, Chico da Princesa, o vereador Jonatas Pirkiel e vamos filiar o mais novo integrante às fileiras do PL, o deputado estadual Mauro Moraes.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Agradeço o comunicado à Mesa que fez o deputado.

Com a palavra o deputado Plauto Miró Guimarães, por cinco minutos V. Exa. vai usar o horário do Partido...

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Da liderança.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Então, V. Exa. tem dez minutos, podendo já conceder os apartes.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Venho a esta tribuna no dia de hoje, para chamar a todos os deputados desta Casa que no Grande Expediente desta Sessão nós teremos a explicação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com tudo aquilo que diz respeito ao curso de medicina.

O nosso reitor, Paulo Godoy, está aqui e vai explicar a nós deputados, a todos aqueles que estão aqui nesta Casa no dia de hoje, como os vereadores de Ponta Grossa, quase todos os vereadores que compõem aquela Casa, o vice-prefeito, lideranças, professores, enfim, a comunidade princesina está aqui, senhor presidente, e a explanação vai servir para embasar aos deputados estaduais com relação ao curso daquela Universidade. Muito foi questionado, debatido, foi conversado, entendimentos foram feitos e dentro da dúvida que sempre existiu na grande maioria dos deputados da base do governo, hoje será possível, com a apresentação do reitor, esclarecer exatamente os custos financeiros que tem esse curso para o Estado do Paraná e para nossa Universidade.

Nós vimos declarações do senhor governador Roberto Requião por inúmeras vezes, citar na mídia, nos meios de comunicação do nosso Estado, da necessidade de se investir em torno de 70 milhões de reais para que o curso de medicina possa tornar-se realidade. E não é verdade, senhor presidente, ele está baseando-se numa situação antiga aonde existia a possibilidade de no Campus da Universidade ser construído um Hospital Universitário; recursos significativos para a construção de um Hospital eram necessários, mas uma nova alternativa, o reitor Paulo Godoy, a cidade de Ponta Grossa e a Universidade trazer para o governo do Estado, para neste dia, nesta Casa, ser exposto aonde é reduzido significativamente os números necessários para implantação do curso e do hospital universitário.

Gosto de deixar claro que o governador no período eleitoral percorreu os quatro cantos do Estado trazendo à tona e dizendo que ele quer implantar hospitais regionais para resolver o problema de saúde tão sério que o Paraná vive.

A oportunidade, senhores deputados, senhor líder do Governo, Ângelo Vanhoni, de construir um hospital e investir o recurso num hospital que vai resolver os dois problemas, o hospital regional e também o hospital universitário.

Então, verbas orçamentárias e o plano de governo do Sr. Roberto Requião, governador do Estado, caminha neste sentido e eu espero que com esta explanação hoje, nobre deputado Antonio Anibelli, líder do PMDB, possamos esclarecer a realidade dos discursos, do discurso e da necessidade que a Universidade Estadual de Ponta Grossa realmente tem e tenho certeza, depois de ouvir-

mos aqui as ponderações, as colocações, as opiniões vão mudar, com certeza vão ser outras.

Então, eu peço a todos vocês uma atenção especial para que o nosso reitor, já no Grande Expediente, possa esclarecer toda esta situação.

Quero falar também aos deputados, que hoje iremos votar o regime de urgência do decreto legislativo que encaminhamos nesta Casa.

Quero contar com a boa vontade de todos, de todos aqueles que fazem parte da base de sustentação do senhor governador Roberto Requião e também os deputados da Oposição ao Governo do Estado que estão aqui, peço para votar a favor deste regime de urgência. Inclusive porque nós temos que definir, não é possível que este decreto legislativo, senhor presidente, senhores deputados, fique nas gavetas desta Casa, passando de comissão para comissão sem que nós possamos, aqui no Plenário, realmente decidir o que vamos fazer. Vamos tomar posição, sim! É necessário que o Plenário vote, ou de um jeito ou de outro, ou seja favorável ou contra. As discussões acontecem, gradativamente vêm trazendo subsídios para que nós possamos votar.

Hoje, tenho certeza, vai ser um grande trabalho que o reitor vai fazer, trazendo mais subsídios para que na hora da votação, possamos, com muita sabedoria, escolher o que é interesse do estado do Paraná e o que é interesse dos acadêmicos que estão hoje nesta Casa de Leis, para acompanhar a explanação do reitor. Estou encaminhando à Mesa, pedido de informação de uma comissão, que é uma idéia da Câmara de Vereadores de Ponta Grossa. Uma comissão formada por 7 membros para que cada partido possa indicar o seu membro, entre os deputados.

Essa comissão irá visitar a Universidade, a construção do bloco de medicina, os laboratórios de informática, irão conversar com os professores que ainda estão lá, para ter idéia do que existe naquela universidade para formar os bons médicos que o nosso Estado tanto precisa. E em especial, médicos que vão ser formados lá no interior, porque a capital realmente tem muito médico, lá no interior está faltando! O vice-prefeito, Ricardo Mussi, que aqui está é testemunha e sabe da falta de médicos que tem a cidade de Ponta Grossa para atender às pessoas pobres, aquelas que precisam do atendimento gratuito, no bairro, no posto de saúde, aquelas que precisam ser atendidas pelo SUS. Temos uma deficiência muito grande que veio se acumulando nos últimos anos. Com o curso, um hospital universitário, investimentos serão feitos na saúde, formando médicos, acadêmicos trabalhando nos postos de saúde e no final de tudo isso, o atendimento melhor de saúde para nossa cidade e região e bons médicos para a cidade, para trabalhar.

Muito obrigado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Concedo a palavra ao senhor Jocelito Canto.

**O SR. JOCELITO CANTO**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, imprensa, vereadores de Ponta Grossa aqui presentes, vice-prefeito, Ricardo Mussi, representando o Executivo, o reitor Paulinho Godoy e toda sua equipe que também está na Tribuna de Honra desta Casa.

Senhor presidente, senhores deputados, hoje é um dia importante na história da universidade estadual de Ponta Grossa porque vamos ter a oportunidade de ouvirmos a questão técnica, e eu gostaria que os senhores deputados prestassem atenção à explicação que vai ser dada, é preciso dizer senhores deputados, que o reitor com a sua equipe, em momento nenhum se voltou contra a decisão tomada pelo governador Roberto Requião mantendo, acima de tudo, o respeito pela atitude tomada. Obedeceu as determinações judiciais, imediatamente as cumpriu e hoje vem aqui fazer aquilo que nós queríamos fosse feito lá no Palácio Iguaçu, mas infelizmente não nos foi dada a oportunidade. Graças a esta Casa, a maioria dos senhores deputados, trazemos hoje, aqui, o que queríamos apresentar ao governador Roberto Requião e a alguns que não compreendem e não sabem o que estão fazendo referente ao curso de medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Então, a presença do nosso reitor aqui, haverá de clarear toda essa história, tirar a dúvida dos senhores deputados, tirar a dúvida da imprensa. Porque infelizmente, fora de Ponta Grossa a idéia que se tem é de que o governador fez uma coisa boa suspendendo o curso de medicina. Então, a presença da equipe da Universidade aqui - da equipe técnica Senhores Deputados - não política. Isso vai nos mostrar em que pé está o curso de medicina em Ponta Grossa.

E aí sim os senhores estarão prontos para votar o regime de urgência que define um decreto protocolado por nós nesta Casa junto com o deputado Plauto, que pede: cumprindo a sua formalidade legal a suspensão do decreto do governador.

Acredito muito nos senhores deputados, porque dos 54 desta Casa, 49 assinaram um documento de solidariedade à nossa Universidade Estadual. E mesmo que alguns tenham assinado somente no companheirismo de quem fez o pedido, poderão ter a oportunidade hoje de ouvir o reitor e sua equipe técnica mostrar os dados nesta Casa.

Por isso a vinda do reitor com a sua equipe é sem dúvida nenhuma, senhor presidente, senhores deputados, a oportunidade que a cidade queria diante do Governo. Mas, se o Poder Executivo não nos ouve, nos cabe vir a esta Casa, ao Poder Legislativo, para mostrar o outro lado da moeda. É tão triste a gente ver o que vimos sexta-feira em Ponta Grossa. Deputado Anibelli, deputado Dobrandino, deputado Nereu Moura, deputado Vanhoni, tenho chamado a atenção dos senhores deputados do Governo sobre a situação difícil que se encontra o governador em Ponta Grossa.

E nessa sexta-feira, vejamos onde estamos chegando, o governador que caminhou pelas ruas, que andou pelos Campos Gerais a pé, no calçadão tomando Cafezinho, batendo nas costas do povo, nessa sexta-feira até me assustei. Mandamos um repórter ao Parque Estadual de Vila Velha para ouvir o governador que foi lá fazer uma visita técnica, e para surpresa nossa voltou o repórter e falou: “só tem isso”. Aí coloquei no ar a matéria e era só o barulho do helicóptero. O governador não falou com ninguém. Não deu oportunidade sequer dos radialistas, dos jornalistas, que tanto o apoiaram.

Então, estou chamando a atenção, não é meia dúzia de gato pingado, como tem gente falando aí. Vou voltar a repetir, não é meia dúzia de gato pingado que está lutando pela medicina. Está aqui o povo, está aqui a comunidade, estão aqui os vereadores.

E isso está ficando muito caro para o nosso governador.

Mas, para encerrar, senhor presidente, acho que se o nosso curso não pode prosseguir, se o curso de medicina da Universidade de Ponta Grossa não pode andar mais porque não tem recurso, acho que o curso da Faculdade de Bandeirantes também não pode. Eu acho que baseado na Lei de Responsabilidade Fiscal, estou entrando amanhã com o pedido de suspensão do decreto do governador Roberto Requião, suspendendo as aulas também em Bandeirantes.

#### O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Eu vou pedir às galerias: o mesmo respeito que vocês pedem aos deputados nós pedimos a vocês, para que não tenhamos problemas nos trabalhos, vamos ter trinta minutos o reitor falando, quanto mais a galeria se posicionar mais vai atrapalhar o nosso trabalho. Então, vamos fazer respeito mútuo por favor. Estou pedindo, para não usar o Regimento, senão vou ter que pedir para esvaziar as galerias. Por favor não me obriguem a tomar a decisão de esvaziar as galerias, não é a nossa vontade, mas peço o mesmo respeito que vocês pedem aos deputados.

#### O SR. JOCELITO CANTO

Proseguindo, senhor presidente, eu estava explicando que, na Sessão de amanhã, entrarei com um pedido solicitando a suspensão das aulas pagas pelo Estado na Universidade de Bandeirantes, até porque a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite que aquela Universidade tenha aula enquanto a nossa não tenha. Então, baseado na lei, entrarei amanhã com esse pedido. E já vou avisar, se perder aqui, já estou com o processo pronto para entrar no Tribunal de Justiça com uma ação contra o Estado.

Isso é muito sério, se uma Universidade não pode ter aula, não pode prosseguir o curso porque não tem recursos, baseado na Lei de Responsabilidade Fiscal, a outra também não pode, e a nossa é anterior à de Bandeirantes, o curso de Medicina. Tem que ser para todo o

Estado, afinal o Estado não pode em Bandeirantes autorizar e em Ponta Grossa cancelar. Então, é esse o pedido que estarei fazendo nesta Casa, um Projeto de Lei, pedindo o cancelamento até que tudo se resolva. Depois que voltar as aulas em Ponta Grossa aí que volte também as aulas na cidade de Bandeirantes.

Era isso que queria falar nesta tarde senhor presidente; pedir o apoio dos companheiros, nós precisamos do apoio de todos, é um momento importante desta Casa, é um momento importante para uma região, para uma cidade, nós precisamos que todos nos ajudem e nos apoiem porque o que o reitor vai mostrar aqui é a verdade, e não conversa fiada de meia dúzia de gente.

Muito obrigado senhor presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Horário destinado ao Grande Expediente. O horário será destinado ao reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, senhor Paulo Godoy.

#### (Início do Hino Nacional)

Concedo a palavra ao reitor Paulo Godoy.

#### O SR. REITOR PAULO GODOY

Senhor presidente, senhores deputados, comunidade aqui presente, minhas senhoras, meus senhores, autoridades do município de Ponta Grossa.

Gostaria de apresentar aos senhores informações inicialmente, sobre a nossa Universidade. Fiz distribuir a todos os senhores deputados a cópia desta apresentação para que possam acompanhá-la.

(Lê):

“A nossa Universidade possui 35 curso de graduação.

#### “MEDICINA NA UEPG

##### Dados Principais da UEPG

- 35 cursos de graduação (+14 habilitações)
- 7 mestrados
- 11 especializações
- 8 Campi

##### Campi da UEPG

2 em Ponta Grossa, Castro, Telêmaco Borba, Palmeira, São Mateus do Sul, União da Vitória e Jaguariaíva

##### Corpo discente da Campi a distância

- 8.640 alunos presenciais na graduação
- 408 alunos nas especializações
- 192 em mestrados
- 2.662 alunos em mídias interativas
- Ensino Fundamental (700 alunos)

Cidades conectadas no ensino a distância: Curitiba, Cel. Vivida, Campo Mourão, Cornélio Procópio,

Vela Vista do Paraíso, Foz do Iguaçu, Rio Negro, Planalto, Castro, Centenário do Sul, Fazenda Rio Grande, Paranavaí, Almirante Tamandaré, Cambé, Londrina, Laranjeiras do Sul, Guarapuava, São Mateus do Sul, Ponta Grossa e Toledo.

Corpo docente e técnicos-administrativos

- 926 servidores técnicos-administrativos
- 636 professores (+123 colaboradores)
- 193 doutores (30,35%)
- 278 mestres (43,71%)
- 113 especialistas (17,77%)
- 52 graduados (8,18%)
- 80 realizando doutorado
- 24 realizando mestrado

em menos 4 anos 90% terão qualificação mestrado/doutorado

Avaliação Nacional dos Cursos

- 6 cursos com conceito A (em 17 avaliados)
- 22ª colocada entre as universidades brasileiras
- 6ª colocada entre as universidades estaduais

pesquisa realizada pela Universidade Federal de Juiz de Fora UFJF com base no resultado da Avaliação Nacional dos Cursos (Provão/MEC) em 2002

Dados do Setor de Ciências Biológicas e da Saúde

- 71,01% mestres e doutores
- 7 cursos de graduação
- 1 mestrado
- 5 especializações

Cursos avaliados pelo MEC

	1998	1999	2000	2001	2002
Odontologia	C	C	C	C	A
Farmácia	-	-	-	B	A
Ciências Biológicas	-	-	A	A	A

Dados do curso de Medicina:

O curso de Medicina propriamente dito, que começou a funcionar na nossa Universidade, no último dia 6 de março, iniciou com 40 alunos. O curso tinha na sua estrutura inicial 13 professores, sendo que desses professores, 78% são mestres ou doutores; 25 laboratórios em comum com outros cursos.

O curso de medicina da nossa Instituição, não foi projetado como um curso independente da estrutura da Universidade. Utilizam a estrutura da área da saúde e os recursos foram injetados beneficiando a todos os 7 cursos dessa área. 70% das obras do curso - de Medicina a que somam 3.600 metros quadrados de construção, concluídas e pagas até aqui. Mais tarde mostrarei algumas das fotos, que ilustram o que está sendo feito. A bibliografia e os equipamentos que estão sendo feitos para a primeira e

segunda série do curso foram todos adquiridos e já estão entregues na nossa Universidade.

Quanto aos aspectos legais:

É bom que se diga que esse curso foi criado pela Lei Estadual nº 5.573 de abril de 1968. E quando a Universidade Estadual de Ponta Grossa, foi criada em 1970, a Faculdade de Ciências Médicas foi incorporada junto com as Faculdades de Odontologia, Farmácia e Bioquímica, Filosofia, Ciências e Letras, Direito, Ciências Econômicas de Administração, passou a existir na forma de Universidade. A Faculdade de Ciências Médicas compreendia o curso de Medicina e o curso de Enfermagem.

Em 1996, o Governo Federal fez editar a LDB. E a LDB no parágrafo 3º, do artigo 9º, inciso 9º, estabelece que as atribuições constantes no inciso 9º poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de Ensino Superior, que é o caso do Estado do Paraná.

Em 1997, o Decreto Federal nº 2306, regulamentou o curso e especificamente esse decreto, apesar de dirigido às universidades federais, passou a ser o norteador das ações das universidades para a criação de cursos de Medicina, Odontologia e Psicologia. E submete à apreciação da avaliação dos projetos pedagógicos ao Conselho Nacional de Saúde, e no caso do Paraná seguindo a diretriz anterior da LDB, ao Conselho Estadual de Saúde.

Em 1999, a Câmara de Ação Superior do Conselho Nacional de Educação mostra as exigências diferenciais para autorização e reconhecimento. É bom que se diga, que um curso que tem seis anos de duração não teria que ter toda a sua estrutura pronta de imediato. Isso vai acontecendo na medida que o curso vai se implantando.

Em 2001 houve a autorização do Governo do Estado para que a Secretaria da Ciência e Tecnologia Ensino Superior desse as condições para que o curso fosse implantado. Volto a repetir: que houve a condição para que o curso pudesse ser implantado. Passaram-se trinta e três anos de ansiedade, de tentativas de idas e vindas para que esse curso acontecesse em nossa Universidade.

Em muitos momentos chegou à beira de ser implantado, mas houve o recuo prudente para que não criasse dificuldades para o Estado.

Tento é verdade que nesta ocasião, a Secretaria da Ciência e Tecnologia dentre as providências a que foi incumbida, tratou de incumbir valores no orçamento do Estado, tendo fixado um total de 4 milhões para ser gasto em 2002. E no orçamento de 2003, que foi votado por esta Casa, foram incluídas as verbas de seis milhões, duzentos e vinte mil reais, para o início da construção de um hospital universitário e um milhão quatrocentos e vinte e dois mil reais para a compra de equipamentos complementares.

A partir de então, a Universidade desenvolveu o projeto pedagógico, tendo aprovado nos seus conselhos superiores todas as atividades relativas a este curso no ano de 2002.



E aí estão indicados os atos praticados pela Universidade que chama a atenção principalmente em 15/5, o encaminhamento da documentação para o Conselho de Saúde do Estado do Paraná, que no entendimento de toda área jurídica da universidade e de advogados que estudam a educação superior deste País, este seria o encaminhamento único que deveria ser feito, uma vez que estaria dispensada a análise por qualquer outro órgão, que no caso presente o Conselho Estadual de Educação, seria chamado na hora do credenciamento do curso nas suas últimas séries.

A universidade, em 30 de setembro, recebeu do Conselho Estadual de Saúde do Paraná a aprovação da necessidade social do curso de Medicina, através da Resolução CES-PR 24/02. É bom que se diga que ao receber a documentação, o Conselho Estadual de Saúde nomeou uma comissão especial para fazer a avaliação do curso de medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Esta comissão foi municiada pela coordenação do curso, que foi criada especialmente para tal fim, tendo inclusive recebido a visita *in loco* dos senhores representantes do Conselho Estadual de Saúde, que além de aprovar o curso de medicina, aprovaram a necessidade social, que é fundamento indispensável para que o curso possa funcionar. E com um detalhe muito importante: em 08 de outubro, o Conselho Estadual de Saúde encaminhou essa documentação ao Conselho Nacional de Saúde para as providências cabíveis.

Esta é a Resolução que foi a que resultou na aprovação da necessidade social do curso de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O projeto pedagógico do curso de medicina enquadra-se nas novas diretrizes curriculares do Ministério da Educação. Este projeto foi desenvolvido com conteúdos relacionados com o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade. É o que existe de mais moderno em termos de projeto pedagógico, porque visa exatamente a formação de um médico generalista, humanista, crítico e reflexivo. Isto não quer dizer que esse médico, ao final do seu curso, no 6º ano, não esteja em condições de clinicar. Ele poderá, sim buscar as especializações nas diferentes escolas deste país, inclusive buscando a residência médica, que hoje já não é suficiente para atender à formação.

Portanto, há uma disputa, há um vestibular - como se faz um vestibular para ingressar na universidade - assim para ingressar na residência médica também há uma concorrência bastante grande.

A estrutura curricular do curso prevê 6 anos de funcionamento, com este elenco de disciplinas: 9 na 1ª série, 10 na 2ª série, 12 na 3ª, 11 na 4ª, 9 na 5ª e 5 na 6ª.

O que é importante destacar é que este curso é composto de 8068 horas, sendo que cerca de 350 horas são desenvolvidas em atividades extra-curriculares. Mas, o mais importante ainda é que desde a 1ª série, o aluno, pela formação generalista e por estar trabalhando na área de formação do médico da família, este aluno tem contato

com a parte de saúde nos postos de saúde no município de Ponta Grossa, em número de dez.

Hoje, os quarenta alunos, já não mais, porque estão transferidos, passaram a trabalhar em postos de saúde, na 1ª, 2ª e 3ª séries.

Esta obra mostrada aqui é a obra principal do curso de Medicina e se destina ao bloco ditático. Essa obra tem 2.400 metros de construção e está com cerca de 70% da obra concluída. Ela não está sendo utilizada, no momento, para o curso, porque na 1ª série nós precisamos de apenas uma sala de aula. Mas, esta obra contempla sete salas de aula, laboratório de informática, 600 m<sup>2</sup> de biblioteca e quatro salas de administração, sendo duas salas: uma, para o departamento de medicina e outra, para o departamento de enfermagem. E as outras duas salas, uma para o colegiado de medicina e outra para o colegiado de enfermagem.

Nesta obra já foram pagos 280 mil reais dos serviços até aqui executados, restando pagar - e este valor está consignado como restos a pagar - 382 mil reais.

A outra obra que compõe o complexo de medicina é a farmácia e o laboratório-escola. Estas estão mais adiantadas. Já foram pagos 264 mil reais e resta pagar 122 mil reais, que estão consignados como restos a pagar. E, diga-se de passagem através do laboratório-escola, hoje ainda, a universidade presta um serviço excepcional à comunidade com exames laboratoriais à Prefeitura de Ponta Grossa e a municípios da região. As duas obras juntas somam 1200 metros quadrados.

Com respeito aos laboratórios do curso de Medicina que são 25 laboratórios na área da saúde. Foram adquiridos equipamentos para a primeira e para a segunda série. Já estão pagos desses equipamentos R\$218 mil reais, restando pagar R\$91, dos principais, das obras físicas do laboratório, porque a parte de equipamento, ainda, é um valor mais expressivo.

Temos microscópios importados da Alemanha de última geração, que atendem a toda área da saúde da universidade não exclusivamente ao curso de Medicina.

Quanto a materiais didáticos, livros e periódicos para as primeira e segunda séries, que se somaram à biblioteca da área da saúde foram adquiridos mais R\$92 mil reais de livros, materiais didáticos e periódicos, inclusive, importados.

Essa sala que os senhores estão vendo é a sala de aula que é utilizada hoje, ou que eram utilizadas pelos alunos de Medicina, no Centro Integrado de Pesquisa e Pós-Graduação da nossa universidade, onde são realizadas as aulas do curso de mestrado.

Os laboratórios do bloco M, dos equipamentos adquiridos, onde são ministradas as aulas práticas, já houve um pagamento da faixa de 835 mil reais, e do valor de 1 milhão e 822 mil reais, consignada no Orçamento de 2003, nós já temos por paga 855 mil reais.

São algumas fotos que mostram aulas práticas sendo desenvolvidas com modelos anatômicos, que foram importados da Alemanha, tudo objeto de concor-

rência pública. E acredito que hoje, nenhuma outra escola de Medicina possui equipamentos tão modernos em termos de anatomia não só no curso de Medicina, mas de toda a universidade.

Como temos curso na área de saúde, temos hoje 5 cadáveres que são utilizados nas aulas desse curso e, também, dos demais cursos da área de saúde.

Como disse a atividade de prática de saúde é desenvolvida no posto de saúde da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, inclusive, com visitas que são realizadas nas casas dos moradores. Como se mostra aqui os alunos presentes, visitando o paciente em sua própria casa.

Finalizando aos senhores deputados, a parte pedagógica do curso de Medicina e, que talvez, seja a parte mais interessante dessa apresentação.

Esse curso em 2002, já teve um dispêndio de 2 milhões e 167 mil reais, em investimentos, que já foram mostrados nas apresentações anteriores.

Para o ano de 2003, em pessoal considerando o corpo de professores, 420 mil reais seria o dispêndio, cujos professores já estão na folha de pagamento da universidade, 280 mil reais, em custeio e 1 milhão e 422 mil reais, que conforme dito, foi votado no Orçamento pela Assembléia Legislativa no ano passado.

No ano de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, na parte pedagógica do curso vai ocorrendo uma pequena elevação do pessoal, porque temos uma primeira série do curso, com a segunda série do curso imediatamente anterior e assim por diante.

Até que chegamos a um dispêndio em 2008, da ordem de 2 milhões e 448 mil reais, para pessoal por ano, custo anual de 548 mil reais, de custeio. Podem observar os senhores deputados o declínio do investimento, porque a partir de então trata-se apenas de material bibliográfico para atualização da parte da biblioteca da universidade.

O dispêndio do curso de Medicina, ele isolado de hospital universitário, atinge esse período todo 16 milhões e 358 mil reais.

Quanto ao hospital universitário é o grande problema de um curso de Medicina, chama-se hospital universitário. Na proposta que foi desenvolvida em 2001 e 2002, apontava para um orçamento global de 68 milhões de reais, a estrutura do curso de Medicina. Após as negociações desenvolvidas em conjunto com a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa chegou-se à conclusão que poderíamos ter uma parceria bastante interessante em termos de saúde para os Campos Gerais, qual seja a transformação do atual Hospital Municipal e do Hospital da Criança que são próprios do município e nos quais o município já investe 2 milhões e 470 mil reais por ano, transformá-lo num hospital regional e esse hospital atenderia a uma microrregião que tem 750 mil habitantes.

Estudos realizados pela universidade, com apoio dos municípios da microrregião, apontam para uma necessidade de mais 200 leitos em Ponta Grossa e também de 43 novas UTI's. Essas UTI's, inclusive o Governo do Estado, recentemente, anunciou um investimento em

UTI's na cidade de Ponta Grossa, sendo que o problema está amenizado, mas não está totalmente resolvido.

Essa parceria com a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa para um hospital regional que também seria universitário prevê a utilização dos 6 milhões e 220 mil reais que estão consignados no orçamento da universidade, no orçamento de 2003, e mais 11 milhões e 522, num total de 17 milhões 522, sendo que isso aconteceria em 2003, 2004, 2005 e 2006, ao longo de quatro anos, porque grande parte da estrutura já existe e com mais uma coisa que é extremamente importante de ser destacada, nesta oportunidade, aos senhores deputados: com o compromisso da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e da Câmara de Vereadores de que a Prefeitura continuaria investindo proporcionalmente os mesmos valores que está investindo nos dias de hoje.

Portanto, temos um investimento no projeto pedagógico de 16 milhões 358 e um investimento de 17 milhões 522 num hospital regional, que independentemente do curso de Medicina, a saúde dos Campos Gerais precisa desse investimento.

Estaríamos ampliando o hospital de Ponta Grossa de 114 leitos para 241 leitos em projetos que a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa já desenvolveu, os projetos de engenharia estão prontos e teríamos, ainda, o acréscimo de mais 10 leitos de UTI adulto e de mais 6 leitos de UTI infantil.

Por último, gostaria de apresentar a tela que mostra as despesas e receitas projetadas pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa do funcionamento desse hospital. É verdade que isso já está prejudicado em termos de 2004 porque as obras não foram iniciadas e a idéia ainda não foi aceita, mas se fosse aceita nós teríamos um dispêndio anual de 6 milhões e meio de pessoal e 4 milhões e meio de custeio por ano, o que daria uma despesa de 11 milhões, mas um hospital regional universitário teria receitas, também, na faixa de 8 milhões 970. Aqui está incluída a participação de 2 milhões 470 mil reais do município de Ponta Grossa. Isso daria um déficit operacional de 2 milhões e 30 mil reais por ano para operação do hospital regional universitário. É bom que se diga que um hospital regional universitário as receitas advindas do SUS são incrementadas porque há procedimentos de referência e também é um hospital que se destina ao ensino e à pesquisa em Medicina e isso tudo provoca a elevação da receita. São valores que foram projetados pelo município de Ponta Grossa com base nos atuais dispêndios que são realizados pelo município.

Senhores, essas são as informações que trago em nome da universidade a respeito do curso de medicina na nossa instituição. Quero, neste momento, agradecer o convite da Assembléia Legislativa para vir aqui fazer essa apresentação. Gostaria, também, de dizer aos senhores que como universidade pública que somos, a Universidade Estadual de Ponta Grossa entende as dificuldades orçamentárias por que passa o setor público de uma forma geral, no entanto, desenvolvemos todas as ativida-

des para que esse curso viesse a funcionar sempre procurando fazer o melhor que a universidade poderia fazer.

Um outro aspecto que acho prudente esclarecer: a Reitoria da Universidade manteve-se sempre numa linha de atendimento integrada às determinações emanadas do Poder Executivo. Desde o momento da edição do decreto nº 1247, a instituição prontamente deu as providências decorrentes desse ato.

Posteriormente, por decisão da Justiça o decreto foi suspenso. A Universidade novamente cumpriu à risca as determinações do Poder Judiciário. Cassada a liminar, na última quinta-feira às 18h20min. a Reitoria da Universidade foi notificada pela 1ª Vara Cível. Imediatamente nos dirigimos, através dos nossos servidores, ao local onde os alunos estavam tendo as suas aulas e os notificamos de que deveriam, na sexta-feira, providenciar as suas transferências para as universidades estaduais de Londrina, de Maringá e a Unioeste.

Portanto, a instituição, por ser um órgão público, pertencer à estrutura de governo, não pode efetivamente deixar de cumprir as determinações emanadas dos seus superiores.

Mas, nós, enquanto reitor e vice-reitor da Universidade, professor Ítalo Grani que aqui me acompanha, estaremos tentando envidar todos os esforços nas diferentes esferas de governo, tentando obter recursos para que esse curso volte a funcionar num momento seguinte em nossa universidade, porque acreditamos na qualidade não só do nosso corpo docente, não só na qualidade da infra-estrutura física, mas enfim em tudo o que foi desenvolvido desde o seu projeto didático, pedagógico, e também quero ressaltar a qualidade dos acadêmicos que lá estavam estudando. Na realidade concorreram no vestibular mais concorrido deste país.

O vestibular de julho de 2002 da nossa Universidade teve a marca de 173 candidatos por vaga. Nunca na história deste país um vestibular foi tão concorrido como o vestibular de medicina da nossa universidade.

Realmente a qualidade dos alunos que tínhamos em nossa escola era das melhores. Hoje, muito provavelmente esses alunos estão desenvolvendo a sua atividade acadêmica, alguns deles ainda não, mas muitos devem estar nas novas universidades.

Nós queremos desejar a eles, sucesso. Nós gostaríamos que eles fossem nossos alunos. Mas temos que nos curvar às determinações e com certeza, como a nossa instituição em todo o tempo da sua história buscou parcerias no governo federal, nós não deixaremos, em momento nenhum, de buscar parcerias para que esse curso volte a se tornar realidade em nossa universidade.

Muito obrigado a todos os senhores deputados pela paciência em me ouvir. E estou à disposição se quiserem realizar alguma pergunta.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Consulto o deputado se é pela ordem ou para fazer alguma pergunta? Se for para fazer pergunta, eu vou abrir para os deputados.

O SR. JOCELITO CANTO

É pela ordem, senhor presidente.

Gostaria somente de destacar que qualquer deputado que tenha qualquer dúvida em relação à Universidade Estadual de Ponta Grossa, ao curso de Medicina, que aproveitasse a ocasião da presença do nosso reitor. Acho que é a pessoa mais bem preparada...

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Agradeço a V. Exa. e por isso perguntei se era pela ordem, o senhor não fez a questão de ordem e como peço para que permaneça na tribuna, não é regimental, mas pela importância do assunto, quero perguntar aos senhores deputados, se alguém tem alguma dúvida, para fazer apenas perguntas. Sem discursos.

Gostaria que o senhor anotasse, a cada três deputados o senhor responderia.

Com a palavra, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor reitor, é uma satisfação muito grande a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná recebê-lo. Nós nos sentimos honrados com a sua presença em nossa Casa.

Pergunto: senhor reitor, inicialmente tinha uma previsão para a construção do Hospital Universitário? O senhor já falou, mas eu quero que fique bem claro, para não ficar em dúvida.

Se realmente tinha uma previsão "X" de alguns milhões de reais para a construção do Hospital Universitário. Agora, com essa parceria com os dois hospitais que me parece se tornarão hospital-escola, a demanda de recursos torna-se substancialmente menor. Então, gostaria de saber inicialmente, quanto era previsto, quanto era necessário e quanto será necessário agora e quanto por ano será necessário investir, para a consolidação do hospital universitário. É somente essa pergunta, por enquanto!

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Deputado Ribas Carli.

O SR. RIBAS CARLI

Obrigado senhor presidente!

Magnífico reitor, diante dos dados que o senhor nos apresenta na transparência e também fazendo uma análise no relatório financeiro que o senhor entrega a cada um dos deputados, pudemos fazer uma constatação que acredito que deixa muito clara a situação não só da Universidade Estadual de Ponta Grossa, mas principalmente no que diz respeito ao curso de Medicina. Fazendo uma conta baseada nos números que o senhor nos apre-

senta para a proposta orçamentária do curso, ou seja, de 2000 a 2008, entre pessoal e custeio, incluindo aí já o gasto de 2002, nós teremos um total de dezesseis milhões e alguma coisa. Se dividirmos isso pelos oito anos, vamos ter um gasto anual de dois milhões e meio de reais.

Mas temos mais custos, magnífico reitor. Na proposta orçamentária financeira para o hospital universitário, que se tornará um hospital regional, no período de 2003 a 2006 nós teremos um custo total de dezessete milhões e quinhentos e vinte e dois mil. Se dividirmos pela quantidade de anos, ou seja, em quatro anos, vamos ter um total de quatro milhões, duzentos e cinquenta mil reais por ano.

Se somarmos os quatro milhões, duzentos e cinquenta do hospital com o orçamento financeiro do curso, que são mais dois milhões e meio, temos um total de seis milhões e setecentos mil reais por ano. É o que o Estado vai dispende para a construção, adaptação dos hospitais e também para o pagamento do custeio e dos funcionários.

Então, vejam senhores deputados, é importante colocarmos essa situação para que todos tenham consciência, porque os números não mentem. Os números expressam a verdade!

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Pediria que o deputado, por favor, fizesse a pergunta!

**O SR. RIBAS CARLI**

Sem dúvida, senhor presidente!

Só queria uma confirmação, porque já levantei os dados. Chego a um total de seis milhões e setecentos! Se dividirmos por doze meses, nós teremos um gasto de quinhentos e sessenta mil reais, isso nos primeiros quatro anos, porque tem o gasto do hospital universitário. No momento em que terminarem esses gastos, vamos ter um gasto só de dois milhões e meio, ou seja, vai cair para duzentos mil reais.

Então, quero perguntar ao magnífico reitor: são verdadeiros os meus cálculos?

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Deputado Elio Rusch e depois ouvimos as respostas e fazemos uma nova rodada.

**O SR. ELIO RUSCH**

Farei da forma bem objetiva.

Temos o orçamento em vigência neste ano, que foi aprovado no ano passado. E o senhor, nesta sua explanação, desde o começo, através das transparências e pelo material entregue para nós, demonstrou os números e os recursos necessários para este ano.

É uma pergunta bem objetiva: dentro do orçamento de sete milhões e alguns quebrados para o início da construção do hospital universitário, pergunto se esses recursos que estão disponibilizados no orçamento, tanto para o

pessoal, para custeio e para investimentos são suficientes para que possamos reabrir o curso este ano?

**O SR. REITOR PAULO GODOY**

Vou iniciar as respostas, então.

Deputado Durval, com respeito ao curso de Medicina no orçamento original, o valor original, em 2002, previa a construção de um hospital universitário no Campus de Uvaranas, especificamente para a Universidade, 68 milhões. A partir das negociações com a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, o valor previsto de investimento no hospital universitário, transformando o hospital municipal e o hospital da criança, em um hospital regional universitário, ampliando o hospital - vou repetir os números -, de 114 para 241 leitos, seis UTIs infantis e 10 de adultos, teria esse investimento de 17 milhões e 522 mil reais. O que é importante destacar é que o Hospital Universitário para a Universidade Estadual de Ponta Grossa, para o seu curso de medicina, é necessário estar pronto a partir de março de 2006, ou seja, no início da quarta-série. Portanto haveria condições de se transferir os seis milhões e 220 mil reais - praticamente vou estar respondendo a pergunta do deputado Elio Rusch, que não foram liberados ainda.

Eles estão consignados no orçamento do Estado, está previsto e foi votado por esta Casa. Poderia se transferir esse recurso para a Secretaria de Estado da Saúde, se assim entendesse e iniciar as obras do hospital regional de Ponta Grossa, que independentemente do curso de medicina é uma necessidade. Além desse valor de seis milhões e 220 há o valor de um milhão e 422 mil reais - desculpem eu estar respondendo aos dois deputados simultaneamente, mas acho que é importante, parte desse valor está comprometido com equipamentos que foram entregues na universidade, que montam aproximadamente 900 mil reais. As licitações foram feitas e estamos somente aguardando a liberação, para fazermos os pagamentos desse valor, já que nos equipamentos foram entregues. Restaria algo como 522 mil reais ainda para liberar.

Voltamos à pergunta feita pelo deputado Durval Amaral, a nova configuração do hospital universitário e do curso de medicina, na parte pedagógica, o curso não muda - o gasto é de 16 milhões e 358 mil reais. O deputado Fernando Carli fez uma avaliação considerando uma média anual de desembolso. Os valores estão aqui embaixo, dois milhões e 122 neste ano, sendo que 420 mil de pessoal, 280 mil de custeio e um milhão 422, dos quais 900 mil estão comprometidos. Nos anos seguintes, em torno de dois milhões e 400, ora cai, porque os investimentos se reduzem, mas em torno de dois milhões e meio, no momento em que o número de docentes vai aumentando, em decorrência das novas séries que são oferecidas. Esse curso com as seis séries funcionando custaria por ano, três milhões 196 mil, para as atividades de ensino, no campus da universidade. Aqui, inclui também os docentes que atuariam no hospital universitário, porque a configuração orçamentária que foi oferecida aos

senhores deputados, naquela última planilha, prevê o funcionamento do hospital universitário a partir de 2004, que estaria prejudicado, uma vez que as obras teriam que ter sido realizadas, para que ele pudesse funcionar. Portanto, esse dispêndio só passaria a existir, efetivamente, a partir de 2005 e como hospital universitário seria necessário somente a partir de 2006.

Penso que neste breve relato tentei responder aos senhores três deputados e me coloco à disposição, caso queiram alguma complementação.

#### O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Concedo a palavra ao deputado Plauto Miró primeiramente e, na sequência ao deputado Jocelito Canto.

#### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor reitor, Paulo Godoy, temos ouvido por várias entidades representativas dos médicos e também alegações, que pela Justiça, passaram de que a Universidade Estadual de Ponta Grossa não cumpriu o seu caminho legal, passando por todos os conselhos e associações devidas. Dá para explicar para nós exatamente como isso funcionou?

#### O SR. JOCELITO CANTO

Reitor Paulo Godoy: a Câmara Municipal de Ponta Grossa, na pessoa do presidente e dos demais vereadores presentes nesta Casa, em reunião realizada em Ponta Grossa, se dispôs a bancar o ano de 2003. A Câmara com a economia que tem feito ao longo dos anos, tem uma sobra de orçamento que ofereceu à Universidade Estadual como repasse para bancar 2003. Este repasse anunciado da Câmara à Universidade Estadual cobriria os gastos de 2003, ou seja, o Estado não terá nenhuma despesa se a Câmara mandar esse dinheiro, o que diria no final de 2003 o Estado não bancaria nada fora aquilo que pagou? Daria para dizer se esta informação é correta? Com o dinheiro que a Câmara mandaria daria para cobrir o curso em 2003, fora o dinheiro que o Estado já mandou?

#### O SR. REITOR PAULO GODOY

Respondendo ao deputado Plauto Miró Guimarães a respeito das argumentações de algumas entidades médicas. Eu tive a oportunidade, no dia 25 de abril, de participar de um Encontro realizado no Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná, exatamente um dia após a publicação de uma nota na Gazeta do Povo que falava, no dia 24 de abril, do fechamento do curso de medicina na nossa Universidade. Fiz uma exposição naquele plenário a médicos da região sul e da região sudeste deste país e apresentei os mesmos dados que estou apresentando no presente momento, somente sem os dados financeiros, mostrando a qualificação do corpo docente, mostrando os investimentos realizados em obras, em equipamentos na nossa Universidade, assim como mostrando que as afirmações contidas na entrevista do dia anterior não correspondiam à verdade.

Na realidade eu recebi no dia 10 de abril a visita desses mesmos representantes das classes médicas em nossa Universidade, apenas 34 dias após o início de funcionamento do curso de medicina. E naquela ocasião, numa reunião que durou aproximadamente uma hora e trinta minutos, envolvendo professores da nossa instituição, foram prestados os esclarecimentos necessários e na saída desses senhores eu recebi a informação de que fisiologicamente eles são contrários à abertura de qualquer novo curso de medicina neste país.

Portanto, quando estive no dia 25 de abril houve um acalorado debate, mas a informação recebida dos senhores dirigentes naquela oportunidade, inclusive do Presidente do Conselho, do Presidente da Associação Médica, paranaense, é de que eles não tinham mais o que fazer, o curso estava funcionando e restaria a eles dar todo o apoio à nossa Universidade para que o curso fosse implantado com qualidade e é isto que fizemos. Se efetivamente as obras estão atrasadas, elas decorrem até da moratória, como disse há pouco, nós entendemos a razão para isso. O Estado tem que ter conhecimento da situação real nós em momento nenhum contestamos a moratória. O atraso nas obras não inviabilizou, em absoluto, o funcionamento do curso porque em espaços alternativos procuramos ministrar o curso.

Quanto aos aspectos legais a Universidade encaminhou além do Conselho Municipal de Saúde, encaminhou, no final de abril ao Conselho Estadual de Saúde e após muitas avaliações realizadas por esse Conselho, que em reunião Plenária resolveu aprovar o curso, através da Resolução 24/2002, de 30 de setembro de 2002, comprovou a necessidade social do curso de medicina e mais do que isso, fez a remessa da documentação ao Conselho Nacional de Saúde para as providências cabíveis que seria a instância máxima no governo federal, que segundo as próprias determinações legais tem 120 dias para se pronunciar.

Muito bem, além disso a nossa Universidade fez todo o trabalho de implantação do curso, não houve um ato formal da Secretaria da Ciência e Tecnologia, porque não é esta a prática. O que houve, sim, foi a inclusão nas peças orçamentárias do Estado, das verbas necessárias para as obras possíveis para a primeira e segunda séries do curso, sendo que a obra do bloco didático atende o curso até o seu final.

Portanto, a parte legal foi cumprida.

É do entendimento da Procuradoria Jurídica da nossa Universidade que em termos de Conselho Estadual de Educação não se aplica, assim como não se aplica no entendimento de muitos juristas que estudam o direito estudantil que o decreto 3.860 não se aplica às universidades estaduais. Há muitos pareceres, inclusive de uma consagrada jurista, professora Nina Ranieri, que assim encaminha o processo de reconhecimento e credenciamento, nas últimas séries. Nós acreditamos que a parte legal do curso foi desenvolvida e se, eventualmente, for necessário encaminhar ao Conselho Estadual de Educa-

ção o curso está em plenas condições de ser avaliado pelo conselho, uma vez que normas específicas do conselho não são de conhecimento ainda da nossa Procuradoria Jurídica que aqui está presente, acompanhando-me.

A pergunta feita pelo deputado Jocelito Canto, se a colaboração oferecida pela Câmara Municipal de Ponta Grossa, no valor de 1 milhão e 1/2 de reais, dos quais poderia disponibilizar, de imediato, 700 mil reais resolveria os custos do curso, até o final do ano, a partir de então?

Os custos do curso, até o final do ano, segundo a planilha que foi apresentada aos senhores deputados monta 2 milhões e 122 mil reais dos quais 1 milhão 422 mil reais em equipamentos, 420 mil reais em folha de pagamento e 280 mil reais em custeio. Diga-se de passagem, senhores deputados, o custeio da Universidade Estadual de Ponta Grossa, em cerca de 75% já é mantido com recursos gerados pela própria Universidade. A Universidade gera uma média de 500 a 550 mil reais, por mês, através da prestação de serviços, através de serviços que realiza em seus projetos de pesquisa. Portanto a parte de custeio poderia ser coberta. A parte de folha de pagamento já está sendo coberta pelo Estado, restaria o investimento de 1 milhão e 422 mil reais que é o que consta do orçamento do Estado, deste ano e dos quais estão comprometidos 900 mil reais com certeza, com pequenas readequações, esse recurso seria suficiente para manutenção da primeira série.

Agradeço, senhores deputados, a oportunidade de estar aqui e prestar esses esclarecimentos. Quero convidar a todos, independentemente do curso de Medicina voltar ou não a funcionar na nossa cidade, a serem nossos visitantes numa próxima oportunidade. A nossa Casa está de portas abertas para recebê-los até para que possam avaliar o que está sendo feito em nossa universidade.

Muito obrigado a todos.

#### O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Agradecemos ao reitor Paulo Godoy.

Passamos ao Horário das Lideranças Partidárias. Concedo a palavra ao deputado Marcos Isfer, no horário do PPS.

#### O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhores deputados.

Além dos assuntos importantes que tratamos nesta Casa, hoje, um assunto não poderia deixar de aqui ser relatado. Nós, fatidicamente, tivemos um incidente, sábado em Curitiba, um ato criminoso que resultou na morte de três jovens. Jovens com a idade de muitos filhos dos que aqui estão, jovens com 14, 15, 16 anos que foram a um show de banda de rock onde, por falta de organização, por falta inclusive de maior atendimento por parte do Estado, Estado que tem que dar segurança aos indivíduos, realizou-se este show sem haver a devida segurança e sem haver os devidos compromissos e os devidos documentos para lá estar se realizando.

Vejam os senhores, por parte da Prefeitura de Curitiba há a necessidade de uma série de documentos, temos a informação que havia apenas uma liberação da Secretaria de Urbanismo e outra do Meio Ambiente. Não havia uma vistoria dos bombeiros, não havia um policial militar ou um policial civil quando se iniciou o show. A Delegacia de Ordem Política e Social que lá deveria estar presente não estava presente! Não estava presente sequer a diretoria de Trânsito, que para multar anda bem. Sabemos que se fizemos na Assembléia uma reunião e tivémos veículos parados na rua, imediatamente todos serão multados. Mas lá não havia sequer a diretoria de trânsito e a irresponsabilidade desse ato resultou em três mortes e mais quatro jovens que ainda estão em estado grave nas UTI's nos hospitais de Curitiba.

Vejam os senhores, é hora desta Assembléia se manifestar. Acho que chega o momento de fazermos leis severas para que a realização desses shows ao ocorrerem em todo o Estado do Paraná, alguém fique responsabilizado. Porque a que serve hoje a morte desses jovens, duas meninas, deputado Bradock, e um jovem. Uma das meninas sobrinha de um delegado, colega nosso, amigo nosso. Outra jovem amiga, que lá estava também pisoteada, morreram pisoteadas. E um jovem da periferia da nossa cidade que pela primeira vez ia assistir a um show de rock.

Vejam os senhores a irresponsabilidade com que são feitos esses shows; a forma como eles são organizados, a maneira como se visa o lucro fácil. Porque se lá poderia ter 25 mil jovens e não havia auferição do corpo de bombeiros, temos relatos de que já tinha 30 mil para o lado de dentro e 20 mil querendo adentrar.

#### O Sr. Ratinho Júnior

Agradeço o aparte.

O que o senhor está falando hoje, acredito que não tem tema mais importante do que esse hoje para se falar na Assembléia. Até porque foram três jovens que foram mortos no sábado. Onde o que o senhor falou eu assino embaixo, porque foi uma falta de organização não só das pessoas que estavam fazendo o evento. Mas sim do órgão público. Onde o Juizado de Menores não estava presente, porque foram três jovens com 14 anos de idade e dois com 15 anos de idade, que estavam lá presentes, sozinhos para ver um show de rock, que faz apologia à maconha e à cocaína. E estão procurando aí o organizador, que é "laranja". Temos que denunciar quem realmente fez esse show, quem patrocinou esse show. Só tinha lugar para 15 mil pessoas e colocaram 30 mil pessoas no local. Uma ganância colocando em risco a vida de jovens que foram lá para se divertir, ou até mesmo para fumar seu baseado como tinha muito lá. Não tinha segurança, não tinha nem polícia militar.

É importante, deputado, o que V. Exa. está dizendo e que nós, deputados, não nos calemos para esse tipo de evento que acontece em Curitiba, no Estado do Paraná, porque são vidas de pessoas pobres que estão correndo o risco por falta de organização e de responsabilidade.

Então, quero deixar-lhe aqui o meu abraço, e dizer que estou junto, se for preciso fazer qualquer tipo de lei para acabar com esse tipo de palhaçada.

#### O SR. MARCOS ISFER

Gostaria de dizer, deputado Ratinho Júnior, que os promotores, que aparecem como patrocinadores, são meros financiadores, essas pessoas não percebem mas alguém se aproveita disso.

Agora, me estranha muito que o município de Curitiba, que é tão ágil para tomar ações em determinadas coisas, nesse fato não tomou nenhuma atitude! A Polícia Militar, que é tão ágil para fazer ações e, tomar determinadas atitudes, neste caso não toma nenhuma! Da mesma forma, a Delegacia de Ordem Política e Social.

Ora! Ou será que ninguém sabia desse show? Será que ninguém tinha ouvido através das rádios que esses shows iam ser realizados? Todos sabiam, ninguém pode alegar desconhecimento de um ato público como esse na nossa cidade.

Então, ficamos muito tristes, não só pelas mortes dessas crianças, porque são verdadeiras crianças, mas principalmente pelo descaso que a vida humana cada vez mais tem na nossa Curitiba, que é campeã de mortes.

#### O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Fernando Ribas Carli, pelo PP.

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Quero aqui, neste momento em que faço uso do Horário da Liderança do meu Partido, realçar o pronunciamento do deputado Elio Rusch, quando ele colocou aqui uma questão importantíssima. Quero aproveitar também para louvar o posicionamento do deputado Nereu Moura, que reconhece o erro do Governo.

Agora, o que tem que ficar claro aqui, deputado Traiano, é que o Governo já incorreu em crime de responsabilidade fiscal, porque até o momento ele sonega informações a esta Casa, e por conseguinte, ao povo do Paraná. A lei é muito clara, a Lei de Responsabilidade Fiscal é claríssima, quando diz que, após o quadrimestre, no mês seguinte, portanto em maio, o Governo teria que fazer uma prestação de contas da sua execução orçamentária, apresentando as suas receitas e as suas despesas, e como foram aplicados esses recursos, numa audiência pública.

Não posso acreditar que o Governo que aí está iniciando o seu sexto mês, não tenha atentado para o detalhe! Cheira-me outra coisa, sim, que o Governo não quer mostrar à população a verdadeira situação econômica do Estado, deputado Zucchi! Só pode ser isso! Por que não trazer para nós?

Nos outros governos nós sempre recebemos essas informações, sempre com antecedência. Numa das vezes até não foi feito com antecedência; foi marcada uma nova

data para que o secretário estivesse aqui para que tivéssemos tempo, deputada Elza, de estudar, de analisar os documentos, para que pudéssemos fazer o comparativo com o secretário presente.

Então, vejam só, seis meses, e o Governo não mostra! E nós, escutamos o discurso: “Porque o Estado está quebrado, porque cancelei um contrato...” “Nós queremos saber os números! Eu já disse desta tribuna, pelas informações extra-oficiais que possuo, que a arrecadação do ICMS é recente, e nós precisamos ter os números para podermos fazer essa constatação, e quando alguém que deve trazer esses números não traz, nos causa suspeita de que esteja querendo esconder alguma coisa, porque aí, sim, deputado José Maria Ferreira, nós poderemos ver, e o senhor que trabalha muito bem com os números, poderá também verificar se são verdadeiras as afirmações que o Estado era inviável, que estava quebrado, porque o Paraná não é um Estado como o Rio Grande do Sul, por exemplo, com dificuldades seriíssimas no pagamento do salário dos seus funcionários e o 13º salário; não é um Estado como o Rio de Janeiro, que ainda hoje os funcionários não receberam os seus salários referentes ao ano de 2002; da mesma forma Minas Gerais com problemas seriíssimos de execução orçamentária, não obedecendo e extrapolando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, louvo a atitude do deputado Nereu Moura, louvo a atitude do ilustre líder, deputado Ângelo Vanhoni, que sempre se coloca à disposição para os esclarecimentos. Agora, eu não posso aceitar que o Governo do Estado, deputado Rossoni, com toda a equipe técnica que tem, com a secretário da Fazenda de gabarito, - posso dizer um dos melhores tributaristas deste País, que é o douto Eron Arzua, a quem conheço e respeito - não possa interpretar a lei e sonegar essas informações, porque, vejam os senhores: Fazendo um comparativo do que o está arrecadando com os gastos que terá a Universidade Estadual de Ponta Grossa com o curso de Medicina, podemos dizer que é ridículo, os valores são ridículos, deputado José Maria Ferreira.

Tive a oportunidade, e qualquer um dos senhores tem essa oportunidade: peguem o gasto anual, dividam pelo número de anos, dividam pelo número de meses, e os senhores vão constatar que o curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa vai fazer com que o Estado do Paraná gaste apenas 560 mil reais por mês nos próximos 8 anos, a mais do que está gastando!

Convenhamos, senhor deputado, é um valor muito pequeno para que o governador tenha tomado essa decisão de frustrar famílias, de frustrar estudantes e de acabar com o sonho de tantas pessoas que lutaram para chegar até lá.

Então, senhor presidente, quero dizer que, com certeza, deputado Elio Rusch, no momento que tenhamos os números, tenho certeza serão mandados não sei quando, mas reforço o crime de responsabilidade fiscal que já ocorreu. Poderemos, ainda, com mais dados, dar

esta informação que é má vontade do governo, quando não leva Medicina para Ponta Grossa!

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

No Horário da Liderança do PSDB, concedo a palavra ao senhor deputado Valdir Rossoni.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Senhor presidente, senhores deputados. Com a permissão do nosso ilustre líder, Ademar Traiano, faço uso do Horário da Liderança do PSDB apenas para fazer alguns comentários de que nós e a população paranaense, têm se perguntado.

Ano passado ouvíamos aqui nesta Casa, muitas e muitas vezes pronunciamento cobrando do governo então instalado no Paraná, os protocolos com as empresas que se instalaram no Paraná. Muitas vezes o governo anterior foi tachado de desonesto e de corrupto, por não mostrar esses contratos. Pasmem os senhores: desde o mês de outubro os contratos já estão nas mãos do secretário da Fazenda. E não vi mais ninguém, aqui, nesta Casa, fazer cobrança ou vir mostrar aqui as irregularidades que têm nos contratos com as empresas que se instalaram no Paraná.

Por isso, senhor presidente, não entendo esse silêncio. Quem tem que responder, são os afoitos que cobraram os contratos. Se já estão com os contratos na mão, por que não vêm aqui fazer os comentários? Por que não vêm aqui dizer o que está errado ou o que está certo? Esta é uma pergunta que deve ser respondida por quem cobrava! Então, como o governo não está cumprindo a lei, não veio a esta Casa ainda, como a Lei de Responsabilidade Fiscal exige!

Estou entrando com um requerimento pedindo a situação financeira do Estado do Paraná, porque nos parece, e Deus queira que eu esteja errado na minha conclusão, me parece que o atual governo não tem outro objetivo a não ser procurar denegrir a imagem do governo que saiu, e dizer aos paranaenses que o governo não tem dinheiro.

Caros amigos de Ponta Grossa, vi uma camiseta ali que estava escrito o seguinte: "Requião, me deixe morar na minha cidade". Quero dizer aos companheiros de Ponta Grossa, enquanto falta segurança no Estado do Paraná, quem dos senhores aqui não têm um amigo que não foi assaltado nos últimos 90 dias? Enquanto isso, não se faz outra coisa a não ser dizer que o Governo do Paraná não tem recursos. Pasmem os senhores!

Não vou dar aqui números redondos, exatos, porque quem tem que dar essas informações é o secretário da Fazenda, e hoje o Governo do Paraná tem em torno de um bilhão e meio em caixa e diga-se de passagem, é oriundo de onde esse dinheiro? Da receita, da Administração, da implantação das indústrias, da industrialização do Estado do Paraná, da força da agricultura do Estado do Paraná, da força da agricultura do Estado e hoje o

Governo fica com esse dinheiro em caixa. Aí, não dá para implantar o curso de medicina em Ponta Grossa. Se não me falha a memória, dava para pagar, se eu não estiver equivocado com meus cálculos, se você pegar o dinheiro que tem em caixa, com apenas 5 meses, 2% já cobriria os quatro anos do Governo Requião.

Então a questão do curso de Medicina em Ponta Grossa não é uma questão econômica, não é financeira; é uma questão política. Ou o governador quer atender Ponta Grossa ou não quer! Se ele não quer atender Ponta Grossa por não gostar do Plauto, do Jocelito, ou de quem quer que seja, que o masoquismo seja deixado de lado, mas se pense na população de Ponta Grossa!

Eu acredito pela história, pelo que representa Ponta Grossa, para o Paraná, para a região dos Campos Gerais, o governador Requião deveria de ter uma atitude de grandeza. É muito pouco dinheiro para quem tem bastante para não dar o curso de Medicina para Ponta Grossa.

Então, senhor presidente, encaminho hoje este requerimento, e numa próxima oportunidade trarei os números para demonstrar que estou falando a verdade. Não o governo que o Requião recebeu; não estava falido, porque se ele estivesse falido não teria esse volume de recursos em caixa hoje.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Horário destinado ao PDT.

**(Declina)**

Horário destinado ao PMDB.

Concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

**O SR. NEREU MOURA**

Queria dizer que o secretário da Fazenda protocolou na Assembléia Legislativa, no prazo regimental, o balanço financeiro do Estado do Paraná, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Quer dizer, a audiência pública está à espera que o presidente da Casa marque, o secretário se colocou à disposição para vir nesta Casa. Foi protocolado no prazo regimental.

De forma que, apenas e tão somente essa explicação quero dar, dizer que não houve por parte do Governo nenhuma incursão, nenhuma ilegalidade com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

**O Sr. Elio Rusch**

Já que o balancete está aqui na Assembléia, conforme disse o deputado Nereu Moura, que é o 1º secretário da Executiva.

Solicito ao secretário que encaminhe a cada deputado os documentos que fazem parte do desempenho físico do orçamento referente ao primeiro quadrimestre. Veja o seguinte: quarta-feira foi protocolado.

Quando é que encerrou, quando foi o último prazo? É sexta-feira e todos nós sabemos, todo o Governo sabe que nós não temos mais Sessões, na



quinta-feira aqui na Assembléia Legislativa. Como diz a Lei de Responsabilidade Fiscal esse desempenho tem que ser mostrado através de uma audiência pública na Comissão da Assembléia Legislativa. Entendo que seria na Comissão de Orçamento e de Finanças da Assembléia Legislativa. Protocolou quarta-feira. Quando é que os deputados, os presidentes das respectivas comissões iriam divulgar para a imprensa do Estado do Paraná e convidar o Estado do Paraná para participar dessa audiência pública? Se for protocolado, eu agradeço muito o aparte que V. Exa. me deu. Mas se tivesse protocolado na Casa, teria que no mínimo com uma semana de antecedência, para que desse prazo para que pudéssemos fazer trabalho. Aliás, é isto que a Bancada da Oposição, na legislatura passada pediu, através do deputado José Maria, do deputado Vanhoni, que nós tivéssemos, com antecedência, este documento na mão. Nós só estamos pedindo o que é nosso direito.

**O SR. NEREU MOURA**

Senhor presidente, acho que as informações devem chegar a esta Casa com mais antecedência. E nós iremos gestionar junto ao governo para que ele encaminhe a esta Casa as informações no prazo regimental, para que cada deputado tome conhecimento, porque não é intenção desde governo esconder nada sobre este Estado.

De forma que este problema que ocorreu no primeiro quadrimestre da gestão do Requião, com certeza não ocorrerá mais, e deputado Elio Rusch não tem autoridade para fazer nenhum reparo porque o governo dele era useiro e vezeiro de fazer nesta Casa, de mandar as explicações da gestão fiscal no último prazo, na última hora. De forma que, quem fez, não pode desdizer, não pode criticar. Nós estamos reconhecendo que houveram problemas iniciais e que espero não se repita, porque é de ostensão dar os documentos, para que os deputados tomem conhecimento da gestão fiscal do governo estadual.

**O Sr. Elio Rusch**

Se o governo passado errou, V. Exa. não está concordando com erro....

**O SR. NEREU MOURA**

Eu já disse que o governo não vai mais repetir o erro que o seu governo fez durante 8 anos, sonegou informações, não trouxe explicações para esta Casa.

**O Sr. Jocelito Canto**

Senhor presidente, pela ordem!

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Qual o artigo que está sendo descumprido?

**O Sr. Jocelito Canto**

Eu gostaria de apenas fazer uma sugestão, senhor presidente, para que esta reunião pública fosse feita neste

plenário, para que todos os deputados tomem conhecimento da situação, e não só a comissão. Gostaria de colocar este pedido ao líder do Governo: para que a Sessão seja pública, e não só os deputados, de acordo com a lei, mas que a população possa perguntar ao secretário.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Já foi encaminhado e já é feito desta maneira.

Para questão de ordem, com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

**O Sr. Neivo Beraldin**

Senhor presidente, quero enaltecer as palavras do deputado Nereu Moura, em reconhecendo que o governo teria atrasado. Quero aproveitar esta oportunidade para dizer o seguinte: o momento maior do parlamento é quando analisa quadrimestre, a administração pública.

Eu espero que o governo Roberto Requião não seja como....

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Só para não tumultuar, deputado Neivo Beraldin, pedir sua compreensão. Não é uma questão de ordem. O senhor pode fazer esta sugestão ao deputado Nereu, que ele com certeza acatará.

Próximo horário destinado ao deputado Elton Carlos Welter, do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. ELTON CARLOS WELTER**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Em nome da liderança do PT, queria dizer aos deputados que o governo Requião, logo no início do seu governo, fez um decreto que responde em 5 dias qualquer pedido de informações desta Assembléia. É um ato que demonstra a transparência, que o governo não tem o que esconder.

Concedo aparte ao deputado Neivo Beraldin.

**O Sr. Neivo Beraldin**

Deputado Elton Carlos Welter, V. Exa. quando chegou a esta Casa, logo percebi que era uma figura que entendia bem qual era a função do legislador. V. Exa. coloca com muita propriedade, na tribuna, hoje, e resgata um compromisso do governo atual. E eu não quero acreditar que o governo atual queira esconder números, até porque esta legislatura me parece muito mais afeita a apurar a receita e despesa do Estado, do que a legislatura anterior. V. Exa. se insere neste contexto.

Quero crer que a maior ação do legislador é fiscalizar a ação do governo. Receita, despesa. Evidentemente, para isto, precisamos que venha primeiro na Comissão de Tomada de Contas, de Orçamento, para que depois, numa audiência pública, que aliás, de pública pouco tem, porque poucos também participam dessas audiências públicas.

V. Exa. coloca com propriedade; queremos que a sociedade participe mais dessas audiências de prestações

de contas de quadrimestre a quadrimestre, atendendo aquilo que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quero cumprimentá-lo e dizer que espero que, nesse exercício, aliás acredito piamente que o atual Governo não fará o que fez o governo anterior.

**O Sr. Valdir Rossoni**

Dizer ao deputado que me antecedeu no aparte, que o governo que ele falou anterior, ele morava dentro do Palácio Iguaçu e já disse aqui e torno a dizer: quem usou aquele Palácio tem aquele velho ditado: “a gente não mexe no cocho”.

Ilustre deputado, sei que V. Exa. está chegando nesta Casa com a maior boa vontade, mas o senhor leve então a minha reclamação ao governador Requião. Eu encaminhei vários requerimentos ao Governo, e tenho lá no meu gabinete o despacho do chefe da Casa Civil, onde todos têm a mesma resposta. Até parece que é cópia. Diz o seguinte: “devido as perguntas serem complexas, pedimos para não cumprir o decreto”. Então, se for para não cumpri-lo, não adianta tê-lo.

V. Exa. leve esta reclamação e esta posição ao governador Requião, porque tenho certeza, absoluta, que é da sua vontade realmente responder esses requerimentos, mas pelo que eu estou sentindo, não é de vontade do seu secretário ou falta competência.

**O SR. ELTON CARLOS WELTER**

Perfeitamente. Nós levaremos essa sugestão.

**O Sr. Plauto Miró Guimarães**

Eu também tenho vários pedidos de informação que foram encaminhados, e um deles ao secretário Maurício Requião. Quero saber como vão se proceder às eleições que foram canceladas pelo Governo do Estado do Paraná, o mandato desses professores eleitos no ano passado.

Como é que o Governo vai proceder à nova eleição dos professores da rede pública estadual.

Faz 90 dias que foi feito o pedido. O aviso da Casa Civil, semelhante ao do Valdir Rossoni: “não temos condições de responder este pedido”.

**O SR. ELTON CARLOS WELTER**

Senhor presidente e senhores deputados.

Nós, Bancada do PT, protocolamos a semana passada um projeto de lei que proíbe os transgênicos no Paraná. Aliás, diga-se de passagem, o governador Requião também é contrário.

Para a nossa satisfação, o jornal O Paraná contratou uma pesquisa, SDS Pesquisas, que entrevistou 400 pessoas na cidade de Cascavel, onde a população paranaense rejeita os organismos geneticamente modificados.

Nós, com esse projeto, queremos fazer a discussão ampla com a sociedade organizada. Não queremos perder o mercado que temos à nível internacional. Sabemos da importância que é o setor do agronegócio para o País e

para o Paraná. Não podemos ficar reféns de multinacionais. Elas são bem-vindas, desde que os nossos agricultores não sejam confinados em uma tecnologia única, que nós ficaremos refém dessa patente que é exclusiva da Monsanto ou de outros organismos internacionais.

Por isso, a população sabiamente em questionários apresentados pela pesquisa, da SDS Pesquisa, do jornal O Paraná do último domingo, se manifesta contrário ao cultivo dos transgênicos.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Horário destinado à Liderança da Oposição.

Horário destinado à Liderança do Governo.

**O SR. TADEU VENERI**

Apenas para esclarecer o deputado Plauto Miró, no sentido de contribuir.

Nós tivemos uma audiência pública da Comissão de Educação, da qual fazem parte nove deputados, e nessa audiência pública o secretário da Educação esteve aqui junto com APP, o Ministério Público e o Tribunal de Contas, e foi esclarecido a todos os presentes, inclusive está nos jornais, deputado Plauto, como se procederá com relação à eleição dos diretores, que não está aberta. Sei que isso é oficial, mas que não foi dirigida ao senhor, mas se o senhor porventura tiver interesse em receber já esta resposta, podemos disponibilizar.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Pela ordem, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Qual é o artigo do Regimento?

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Todos os deputados têm direito de pedir pela ordem!

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Têm, desde que digam qual é o artigo que está deferido.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Como é que o senhor cedeu para o Tadeu Veneri sem pedir explicações ao companheiro do seu partido?

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Foi um esclarecimento à Mesa.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Só quero pedir aqui um segundo ao deputado Tadeu Veneri, que nos encaminhe aí esse documento.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

O senhor vai fazer um esclarecimento à Mesa?

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**  
com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 49/2003 de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, sugerindo a encampação das concessões rodoviárias do Estado do Paraná. **À Comissão de Obra Públicas, Transportes e Comunicação.**

Indicação nº 50/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo a criação de um Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná. **À Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio.**

Projeto de lei de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Delegado Bradock constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### **ITEM 01**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 166/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 13.131, 27 de julho de 2001, que autorizou o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Ibiporã. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**PROJETO DE LEI Nº 166/2003**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica alterado o artigo 2º, da Lei 13.131, de 27 de julho de 2001, que autorizou o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Ibiporã, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O imóvel a que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado para os fins próprios da administração do município de Ibiporã ou na implantação de empreendimentos de relevante interesse social, por meio de concessão de direito real de uso ou doação com encargos.

Parágrafo Único - O descumprimento do disposto neste artigo fará com que o imóvel e as benfeitorias nele edificadas revertam automaticamente e de pleno direito do patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a ressarcimentos, independente de notificação judicial ou extrajudicial.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.05.2003.

(a) ADEMAR TRAIANO  
Presidente e Relator

#### **ITEM 02**

**DISCUSSÃO ÚNICA DA INDICAÇÃO Nº 002/2003**, de autoria do deputado Delegado Bradock, que sugere a criação da 21ª Subdivisão Policial concomitante com a implantação do IML na cidade de Laranjeiras do Sul. **PARECER FAVORÁVEL DA SP. Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2003, de 23.04.2003).**

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**INDICAÇÃO Nº 002/2003**

#### **P A R E C E R :**

A indicação em análise é de autoria do deputado estadual Delegado Bradock, que sugere a criação da 21ª Subdivisão da Polícia Civil e concomitante implantação do IML na cidade de Laranjeiras do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar, de acordo com o artigo 128, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conclui-se que a presente indicação tem por escopo a melhoria no atendimento da segurança pública da região, municípios de Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Marquinho, Viermond, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Cantagalo, Quedas do Iguaçu, Espigão do Iguaçu, Palmital e Laranjal.

Cabe ressaltar que a região em análise, como propõe o deputado Delegado Bradock, encontra-se geograficamente localizada de forma que os municípios distam mais de 100 km da atual sede, que é no município de Guarapuava, e da forma como pretende certamente contribuir para o aprimoramento no atendimento da região, visto que com a criação da subdivisão proposta, a dispersão territorial dos locais será menor, facilitando por consequência o atendimento à população.

Salienta-se ainda que a população da região é em grande número, vale dizer, que é de aproximadamente 45.000 habitantes, e na atual realidade fica a população da região Centro-Oeste do Estado sem o merecido e eficiente atendimento.

Quanto à criação do IML, da mesma forma é de suma importância pois o atendimento em casos de lesões corporais e exames diversos fica extremamente prejudicado, considerando a população, a frequência da ocorrência dos delitos e as distâncias a serem percorridas para um efetivo atendimento.

Desta forma, somos de voto favorável à sugestão da criação da 21ª Subdivisão Policial e concomitante IML, com sede no município de Laranjeiras do Sul e atendimento aos municípios de Nova Laranjeiras, Marquinho, Viermond, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu,

Cantagalo, Quedas do Iguaçu, Espigão do Iguaçu, Palmital e Laranjal.

Sala das Comissões, em 26.05.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

### ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA DA INDICAÇÃO Nº 011/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que solicita providências para a proteção da jornalista Cristina de Matos e sua família. PARECER FAVORÁVEL DA SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/2003, de 28.04.2003).**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 11/2003

#### P A R E C E R :

O Projeto de Indicação nº 11/2003, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, solicita providências para a proteção da jornalista Cristina de Mattos e sua família.

Chamada esta comissão a se manifestar, acredita que pelo fato de a jornalista ter divulgado os postos de combustível que vendiam o produto mais barato que aqueles que fazem parte do chamado cartel de Londrina.

Por isso, passou a ser ameaçada de morte e estar impedida de desempenhar suas funções, portanto, apresentamos parecer integralmente favorável à aprovação do presente.

Sala das Comissões, em 26.05.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

### ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA DA INDICAÇÃO Nº 17/2003, de autoria do deputado hermes Fonseca, que sugere que se realize trabalho parlamentar que impeça a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional nº 043/2000. PARECER FAVORÁVEL DA CE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033/2003, de 14.05.2003).**

COMISSÃO EXECUTIVA  
INDICAÇÕES Nºs 17/2003, 18/2003 e 19/2003

#### Relatório

As presentes indicações de autoria do nobre deputado Hermes Fonseca têm por objetivo sugerir trabalho parlamentar que impeça a aprovação da proposta de emenda Constitucional nº 043/2000, que tramita no Congresso Nacional.

As indicações, se aprovadas, seriam enviadas à Exma. ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (17/03), para o Exmo. deputado federal Nelson Pellegrino, líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal (18/03) e senador Tião Viana, Líder do Partido dos Trabalhadores no Senado Federal (19/03).

#### Fundamentação

Com a alteração do artigo 128 do Regime Interno, a proposição Indicação passou a proporcionar aos senhores deputados uma forma de enviar sugestões de medidas a qualquer agente público de outros poderes e agentes privados.

#### Conclusão

Sendo assim, chamada a opinar a Comissão executiva não encontrou nenhum óbice para a justificada manifestação do deputado Hermes Fonseca, que entende que a aprovação da Proposta de emenda à Constituição Federal irá prejudicar tanto os Estados, como os municípios brasileiros.

Palácio XIX de Dezembro, 20.05.2003.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, eu não vou citar o artigo porque não estou com o Regimento Interno, mas o artigo 104 me permite.

O deputado Tadeu Veneri falou que a Assembléia não publicou no Diário Oficial o relatório financeiro da Assembléia. Quero dizer ao deputado Tadeu que tenho em mãos, aqui, no dia 20 de maio foi publicado, no dia 30 de setembro foi publicado. Está tudo publicado.

Apesar de ser um documento extra-oficial, gostaria que o deputado Tadeu tivesse conhecimento que foram, sim, cumpridas as exigências da lei, pela Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Agradecemos o registro.

Ofício nº 186/2003, de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente, solicitando a renúncia da Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado. **Recebido.**

Peço ao líder do PMDB, deputado Anibelli, que por favor, faça com urgência uma nova indicação do novo membro desta CPI.

A SRA LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Com relação a esse requerimento da deputada Elza, gostaria só de dizer que lamentamos muito a sua saída da comissão. Acredito que a CPI perde bastante com a sua saída, deputada.

Sei que é pedir bastante, mas se pudesse rever sua posição. Sei da seriedade com que vinha desempenhando o seu papel e é importante, claro para a CPI que V. Exa. continuasse. Acredito que todos os membros pensam assim, pelo menos falo da minha pessoa, também do deputado Pedro Ivo, que sentimos e lamentamos a saída da deputada.

Acredito que a CPI está se esforçando, mesmo com alguns problemas, e esperamos que ela consiga concluir - porque inclusive faço parte dela - um bom trabalho.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Esta Mesa tem respeito pela deputada Elza. Se a comissão não convencê-la, ela tem o direito de se afastar, daí o líder do PMDB faz uma nova indicação.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1068 e 1069, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1071, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1072, de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1077 a 1079, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1082, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1090, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1091, de autoria das deputadas Elza Correia e Cida Borghetti, constante do expediente. **Encaminhe-se como solicitação.**

Requerimento nº 1094, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1073, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Rejeitado.**

Requerimento nº 1095, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Rejeitado.**

**O SR. DURVAL AMARAL**

Para encaminhar senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Para encaminhar, deputado Durval Amaral, 10 minutos, sem apartes.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Senhor presidente, senhores deputados. Nós, da Bancada do Oposição somos inteiramente solidários ao projeto de decreto legislativo proposto pelo deputado Plauto, também pelo deputado Jocelito e subscrito pelos deputados da Oposição. Porque, Excelência, entendemos que o decreto legislativo é um instrumento para que possamos extirpar, revogar, pôr fim a um decreto do governador que jamais poderia ter existido. Pelas seguintes razões: não pode, nobres deputados, um decreto revogar uma lei! O curso de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa foi criado por lei, então, não pode um decreto do governador revogá-la!

Em segundo, as dotações orçamentárias para implementação do curso de Medicina da Universidade

Estadual de Ponta Grossa, estão previstas no Orçamento do Estado do Paraná, contempladas no orçamento, na página 204.

Tivemos a oportunidade de ouvir aqui nesta tarde o pronunciamento do reitor, claro, cristalino, no que diz respeito aos investimentos necessários e o suporte, e as condições que tem o Governo do Estado de suportar esses cargos. Até porque, esses desembolsos não acontecem da noite para o dia. Teremos vários anos até a implantação do curso de Medicina.

Nada mais correto, nada mais justo do que um decreto do governador ser revogado por um decreto legislativo. E é por isso que estamos propondo, reiterando que, decreto do governador, não pode revogar lei de universidades, não pode revogar a lei orçamentária do Estado do Paraná.

E mais, uma liminar na Justiça manda que o curso tenha seqüência!

Então, nobres deputados, não se trata aqui da maioria opositora, de sete, doze ou treze deputados de Oposição ou do Bloco Independente. Nós não podemos fazer Oposição pelo gosto da oposição, mas não podemos também ser Governo pelo gosto simplesmente de dizer amém a uma determinação do Palácio Iguaçu!

Não estaremos, neste momento, entrando no mérito da decisão, porque vamos votar o mérito do Decreto Legislativo quando ele vier ao plenário. Agora estou apenas pedindo aos deputados da Situação, da Oposição e aos deputados do Bloco Independente, que evitem apenas e tão somente o regime de urgência que está sendo requerido pelo deputado Plauto nesta tarde.

Por que, senhores, votar o regime de urgência?

Porque isso nos propiciará um prazo máximo de dois dias em cada Comissão, para que ao final, transcorridos esse prazos, esse decreto legislativo seja apreciado. E aí, quando se tratar do mérito, com certeza cada parlamentar, com a isenção que é devida a cada um, tomará sua decisão. Mas, senhores, neste momento em que vamos votar um regime de urgência, tão somente um regime de urgência, ser contra!...

Aí eu diria que esta é uma posição de radicalismo, é uma posição que vai frontalmente contra os interesses da comunidade dos Campos Gerais, e como parlamentar, não posso aceitar!

Por isso está demonstrado.

Alguém aqui fez desafios de que se estivesse no Orçamento, se tivesse recursos e dotações orçamentárias, o curso seria implementado. Não vamos cobrar esses desafios que foram feitos, mas simplesmente vamos ter bom senso, vamos votar em regime de urgência para que o projeto possa ter uma tramitação. Porque, se não tiver votado o regime de urgência, senhores, com toda a certeza, neste semestre não votaremos o decreto legislativo! E, com a votação do regime de urgência, ainda nos próximos dias, talvez dentro de dez, ou no máximo em quinze dias, poderemos analisar o mérito do decreto legislativo.

Então, fica o apelo da Oposição, fica o apelo aos deputados do Governo, aos deputados do Bloco Independente, para que votem com o povo de Ponta Grossa, com a comunidade acadêmica, com a comunidade científica tão somente pelo regime de urgência. Não vamos ceifar, não vamos castrar, não vamos impedir que a Assembléia, ainda neste semestre, se pronuncie sobre a possibilidade real e concreta, sobre esse direito que tem o povo de Ponta Grossa de ter o curso de Medicina.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Para encaminhar, com a palavra o deputado Plauto Miró.

O SR. PLAUTO MIRÓ

Senhor presidente e senhores deputados.

Quero pedir a cada um de vocês para que neste momento tenham uma posição, nesta Casa de Leis, favorável à aprovação desse pedido de urgência. Por quê?

É meramente um pedido de urgência que estamos votando, para que possa vir ao Plenário desta Casa esse decreto legislativo. É de suma importância que cada um de nós parlamentares, venhamos a votar a favor desse pedido de urgência, porque a decisão será no futuro. Quando aqui nesta Casa estiver o decreto legislativo, nós vamos discutir o mérito.

Então, neste momento quero fazer um pedido a cada um de vocês: vamos votar favorável ao regime de urgência, e as discussões do mérito vamos deixar para o momento que esse decreto legislativo estiver no plenário desta Casa.

Acredito que a explicação do reitor Paulo Godoy que aqui esteve foi esclarecedora. Toda aquela questão levantada no passado, da necessidade financeira que existia, ficou claro que os números necessários são muito menores do que aqueles divulgados pela mídia do Estado do Paraná e pelas autoridades competentes.

Então, quero pedir a todos, e comunicar ao presidente Stica que estamos lhe encaminhando um pedido de votação nominal. O requerimento está sendo encaminhado à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Para encaminhar, com a palavra o deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados.

Gostaria que os companheiros, nesta tarde, todos os deputados que estão em plenário, cumprissem aquilo que todos nós entendemos: acima de tudo, cada Poder é independente. O Poder Executivo é um, Legislativo é outro, e deve ser independente do Poder Executivo.

(Aplausos)

Temos que, nesta tarde, como último momento, é o último momento que cabe a esta Casa, de reverter um decreto mal feito, mal formulado e feito sem nenhum embasamento técnico. Em momento algum o nosso reitor pôde mostrar os dados, como mostrou a esta Casa, ao Poder Executivo. Foi-lhe negado, como na velha ditadura. Foi-lhe negado o direito de fazer o seu pronunciamento ao lado do governador. O governador se deixou levar por meia dúzia de médicos incompetentes desse Estado do Paraná!

(Aplausos)

Médicos, de uma forma - vou usar um termo bastante pesado - covarde, disseram que não poderiam permanecer com o curso de Medicina em Ponta Grossa. Não é verdade isso! Os senhores viram aqui o reitor da Universidade Estadual, um homem de respeito!

Se eu fosse o reitor, eu teria brigado e, quem sabe, perdido o cargo. O que o governo do Estado fez com a Universidade Estadual de Ponta Grossa, é acima de tudo, jogar no lixo o nome da nossa Universidade de Ponta Grossa!

(Aplausos)

Esta Casa tem hoje a oportunidade de reverter esse decreto!

Quero alertar aos deputados; se esta Casa votar hoje contra o decreto do povo de Ponta Grossa, haverá também de fazer justiça e de suspender as aulas também em Bandeirantes! Não existem dois pesos e duas medidas!

Amanhã, eu, como radialista que sou, tenho certeza que a população dos Campos Gerais vai saber qual o deputado que votou a favor e qual votou contra os Campos Gerais.

Quero dizer mais ainda; vou nominar todos os deputados que tiveram votos dos Campos Gerais. Podem ter certeza, os senhores, que são mais de 40 deputados, que fizeram votos em Ponta Grossa e nos Campos Gerais. Amanhã haveremos de contar ao povo dos Campos Gerais, que os deputados que tiveram votos, ou por questões partidárias ou por outras ideologias, não votaram a favor do povo que lhe deu o voto na eleição!

(Aplausos)

Por isso, quero apelar aqui aos companheiros que votaram a favor daquele requerimento que diz, dos 54 deputados, 49 assinaram o meu requerimento. Espero que seja respeitada a assinatura, que se cumpra aquilo que se assinou e que os deputados, nesta tarde, dêem o direito aos jovens.

Como disse o deputado Rossoni, se o Estado tem dinheiro, se tem sobrado e se esse ano não vai gastar nada - porque a Câmara de Vereadores se propõe a dar o

dinheiro - se não vai fazer hospital esse ano, por que não votar a favor do curso de Medicina?

**(Aplausos)**

Por isso, companheiros, quero pedir que cada um de vocês vote a favor da independência dos Poderes. Que vote a favor do respeito a uma universidade que tem história e que não pode, por uma questão político-partidária, perder o direito de ter um curso de Medicina.

Peço a cada um de vocês, acima de tudo, consciência, respeito aos jovens, porque os nossos jovens de Ponta Grossa, alguns não poderão ir para Maringá ou para Londrina, porque não têm condições financeiras e o Estado não vai poder bancá-los. Neste momento, que cada um se lembre, que todos nós temos os nossos filhos e quem sabe um dia um filho da gente não possa fazer a faculdade porque é pobre, simples, e precise da oportunidade desta Casa.

**(Aplausos)**

Para encerrar, senhor presidente, peço a cada um dos deputados aqui que nos ajudem nesta votação. Ponta Grossa não pode perder, os Campos Gerais também não. Lembrem-se daquele votinho que os senhores receberam lá nos Campos Gerais. Quem sabe, para muitos, este voto foi importante na sua estada nesta Casa, neste momento.

Então, vamos respeitar os Campos Gerais, vamos respeitar Ponta Grossa e vamos dizer um não ao governador que não ouviu o povo dos Campos Gerais, que de forma não democrata, de forma totalmente contrária ao que diz a democracia, não ouviu ninguém, nem mesmo o nosso reitor que esteve nesta Casa.

Então, que nesta tarde nós possamos fazer justiça, que esta Casa cumpra a sua independência, que cada um ao voltar para a sua casa tenha a tranquilidade de dizer aos seus filhos e dizer na sua cidade - eu votei a favor da independência dos Poderes.

Muito obrigado, senhor presidente.

**O SR. BARBOSA NETO (Para Encaminhar)**

Quero dizer aqui, em nome do Bloco Independente, que estamos coerentes, primeiro com a nossa assinatura inicial, juntamente com outros 49 deputados desta Casa. Queremos dizer que estamos solidários à causa do deputado Jocelito Canto, do deputado Plauto Miró e dizer que acreditamos ainda que o governador Roberto Requião vai passar a limpo este Estado, porque foi promessa de campanha.

Por isso, gostaria de conclamar aqui os deputados da Situação e os deputados da Oposição, para que possamos diminuir, através dos investimentos na educação, tristes dados que colocam o Paraná como um dos piores Estados em termos de analfabetismo, de evasão escolar, um Estado que paga para o professor o vigésimo pior salário, na ordem de 231 reais, para vinte horas-aula em

início de carreira, um Estado que não respeita o limite mínimo de 25% de investimento do orçamento na área de Educação e dizer que, também como morador da cidade de Londrina, recebemos correspondência por parte da Câmara Municipal, dizendo que já vão começar a pipocar ações na Justiça, contestando a absorção dos estudantes nas Universidades de Londrina, Maringá e Cascavel.

E para finalizar, senhor presidente, dizer que é indefensável não investir para que a Universidade Estadual de Ponta Grossa continue tendo o seu curso de Medicina, já que a gente vê pela imprensa, por exemplo, que o governo está disposto a pagar três bilhões de reais, como são as multas previstas na quebra de contrato com as concessionárias que exploram o pedágio hoje. E a gente vê pela imprensa que o Estado tem dinheiro, na ordem de seis milhões e meio de reais para trazer a exposição da China para o novo museu, mas não tem dinheiro para bancar o curso de Medicina na Universidade Estadual de Londrina, com a contrapartida da própria Prefeitura, com a contrapartida por parte da Câmara Municipal de Ponta Grossa, além de outros incrementos com a construção do Hospital Regional!

Nós queríamos finalizar dizendo que nós, do Bloco Independente, entendemos que não é despesa o gasto com Educação; é investimento, porque só através da educação nós podemos dar condições aos nossos filhos de galgar novos degraus na escala social.

Muito obrigado.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Neste momento em que encaminho a votação pedindo o voto dos senhores deputados para que façamos a aprovação do regime de urgência para que possamos votar esse decreto legislativo, eu queria pedir ao ilustre líder da Situação, deputado Ângelo Vanhoni, que liberasse a sua Bancada para votar favoravelmente a este requerimento de pedido de regime de urgência, tendo em vista aquelas discussões que tivemos na semana passada quando levantamos a questão da rubrica orçamentária e que afirmávamos que os recursos estavam inseridos no Orçamento para 2003, e o ilustre deputado Ângelo Vanhoni fez uma afirmação que não estavam, e se estivessem inseridos estes recursos, ele iria liberar a Bancada que ele lidera para que votasse favorável a este regime de urgência.

Então, quero pedir ao ilustre líder, Ângelo Vanhoni, para que libere a Bancada, para que possamos votar favoravelmente ao regime de urgência, e quando o decreto legislativo constar da pauta de votação possamos discutir mais ainda o mérito, e aí, sim, cada um irá votar atendendo a sua vontade e também fazendo com que sejam atendidas as necessidades do Governo.

Agora é importante que o deputado Vanhoni libere a sua Bancada, para que nós possamos fazer essa votação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Em votação o requerimento do deputado Plauto Miró, de votação nominal. Em votação. **Rejeitado.**

Em votação o requerimento de regime de urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 004/2003.

Em votação. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

**(Tumulto nas galerias - Vaia)**

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Solicito às galerias, silêncio!

Vamos proceder à verificação de votação. Os deputados que aprovam, queiram levantar-se. 17 deputados aprovam.

**(Aplausos nas galerias)**

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se. 26 deputados rejeitam. **Rejeitado.**

**(Tumulto nas galerias - Vaia)**

O SR. DURVAL AMARAL (**Justificativa de Voto**)

Senhor presidente, quero justificar aqui o voto dos deputados Ademar Traiano, Plauto, Elio Rusch, Valdir Rossoni, Luiz Carlos Martins, Carli, Ailton Araújo, Accorsi, Jocelito, Ratinho Júnior, Barbosa, Pastor Edson, Renato Gaúcho, Chico Noroeste e também do deputado Luciano Ducci.

E também aproveitando, na minha justificativa de voto, também, votaram contra o regime de urgência dos deputados: nobre deputado a quem dedico o maior respeito, líder da Situação, deputado Ângelo Vanhoni...

**(Tumulto no Plenário - Vaia)**

Silêncio, senhores, para que fique registrado nas notas taquigráficas. Deputado Augustinho Zucchi, Cida, Antonio Anibelli, Elza Correia e Alexandre Curi.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

V. Exa. já fez a justificativa do seu voto.

O SR. ELIO RUSCH

Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Pelo artigo 161, é lícito ao deputado, depois da votação, enviar à Mesa para publicação. E estou abrindo o espaço.

Portanto, já fez a sua justificativa.

**(Tumulto no Plenário - Vaia)**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 026, 028, 034, 035 e 040/2003.

Levanta-se a Sessão.

### Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

**R E S O L V E :**

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 208/2002**

I - exonerar, a pedido, MAURO ANTONIO SURI-AMA SOZONOFI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 1º de dezembro de 2002;

II - prover, CLAUDIA NUNES DE MIRANDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 1º de dezembro de 2002;

III - prover, MARIA LUCIA CERANTO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nelson Garcia, a partir de 1º de dezembro de 2002.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 209/2002**

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Chab, a partir de 1º de dezembro de 2002, conforme especifica:

JOSÉ DINIZ - DAS-2

JOÃO CARLOS FAGUNDES DOS SANTOS - 1GP-1

RAFAEL AMBROSIO DIAS - 1GP-1

AMADO HUSSEIM MOHAMAD OSMAN - 1GP-3

GILVA MARIA SILVESTRE DE MATOS - 1GP-2

GLACI TEREZINHA RIBEIRO DE SOUZA - 1GP-1

SELMA DA SILVA PEIXOTO MENDES - 1GP-1.

Prover, DURVAL COLONTONIO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Chab, a partir de 1º de dezembro de 2002.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 210/2002**

I - exonerar, a pedido, MARIA JOSÉ SCHNEIDER PEREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1,



do gabinete do deputado Plauto Miró Guimarães, a partir de 1º de dezembro de 2002;

II - prover, ROSANA DO ROCIO MAICHAK SCHNEIDER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Plauto Miró Guimarães, a partir de 1º de dezembro de 2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 211/2002

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de dezembro de 2002, conforme especifica:

ALTAMIR SANSON - 1GP-3

JOSÉ ANTONIO RODACOSKI JÚNIOR - 1GP-3

TERESINA JANIVAL MAYERLE - 1GP-1

WENCESLAU VILHA JÚNIOR - 1GP-4

GIOVANNI DUTRA NAZARÉ - 1GP-1

JOSÉ ANTONIO SIQUEIRA - 1GP-1

LUIZ CARLOS MARQUES LEÃO - 1GP-4

BENEDITO MARQUES BEZERRA - 1GP-3.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 212/2002

I - prover, CLAUDIO ROBERTO FACCIN, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de novembro de 2002;

II - prover, ANTONIO ROBERTO DE OLIVEIRA SIMPLICIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de novembro de 2002;

III - prover, ADENAUER SERESSUELA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Durval Amaral, a partir de 1º de dezembro de 2002;

IV - exonerar, a pedido, ANASILVIA KURIQUE, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de dezembro de 2002;

V - prover, XIMENA ALEJANDRINA HOLMER MARCHANT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de dezembro de 2002, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.12.2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 001/2003

I - exonerar, a pedido, GLADYS MAIRA S. ALEGRE PETRAMALI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1 do gabinete do deputado Renato Gaúcho, a partir de 01 de janeiro de 2003.

II - prover, LUCIANE WECCELOSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Renato Gaúcho, a partir de 01 de janeiro de 2003.

III - exonerar, a pedido, LAURO DIAS VILELA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de janeiro de 2003.

IV - exonerar, a pedido, SÉRGIO VICENTE ZANONI, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de janeiro de 2003.

V - prover, AGNES LUCIA LAUTHART, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de janeiro de 2003.

VI - exonerar, a pedido, JUAREZ LORENA VILLELA FILHO, do cargo em Comissão, do gabinete da Liderança do Governo, a partir de 01 de janeiro de 2003.

VII - exonerar, a pedido ELZA FLORÊNCIO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do Governo, a partir de 01 de janeiro de 2003.

VIII - prover, CLÁUDIA ANDRÉIA DE AZEVEDO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do Governo, a partir de 01 de janeiro de 2003.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 002/2003

I - exonerar, a pedido, INÊS POMPEU VALIM, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 01 de janeiro de 2003.

II - prover, ROBSON TAVARES POMPEU DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 01 de janeiro de 2003.

III - exonerar, a pedido, AILTON FUCILINI QUINTANA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 01 de janeiro de 2003.

IV - prover, IRIA DA COSTA E SILVA, para exercer o cargo em Comissão, DAS-5, do gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 01 de janeiro de 2003.

V - exonerar, a pedido, LOURIVAL GIOVANI STADLER, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 01 de janeiro de 2003.

VI - prover, FELIPE DA LA CRUZ QUINTANA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 01 de janeiro de 2003.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 003/2003

I - exonerar, a pedido, GISLAYNE ANDREA DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de janeiro de 2003.

II - prover, APARECIDO ANTÔNIO BARBOSA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do

Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de janeiro de 2003.

III - exonerar, a pedido, SANDRA MARA ALVES DE ABREU, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete da Liderança do PSL, a partir de 01 de janeiro de 2003.

IV - prover, AFONSO FAUSTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PSL, a partir de 01 de janeiro de 2003.

V - exonerar, a pedido, SÉRGIO PAVEZI, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Milton Pupio, a partir de 01 de janeiro de 2003.

VI - prover, ÁLVARO LUIZ CENTOFANTI, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Milton Pupio, a partir de 01 de janeiro de 2003.

VII - exonerar, a pedido, FERNANDO RODRIGO NESI ROSSI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Ademar Traiano, a partir de 01 de janeiro de 2003.

VIII - prover, GELCIDES MAIRA MARTINHAGO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Ademar Traiano, a partir de 01 de janeiro de 2003.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 004/2003

I - exonerar, a pedido, ANTÔNIO LAROCCA NETO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Plauto Miró, a partir de 01 de janeiro de 2003.

II - prover, FLÁVIO ERICHSEN MIRÓ GUIMARÃES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Plauto Miró, a partir de 01 de janeiro de 2003.

III - exonerar, a pedido, ROSA LEONDINA DOS SANTOS PANEK, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Plauto Miró, a partir de 01 de janeiro de 2003.

IV - prover, LICIO DIRCEU BOMBIM, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Plauto Miró, a partir de 01 de janeiro de 2003.

V - prover, EDUARDO NEVES TEIXEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Durval Amaral, a partir de 01 de janeiro de 2003.

VI - prover, JOSÉ ROBERTO MATTOS DO AMARAL, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Durval Amaral, a partir de 01 de janeiro de 2003.

VII - prover, ALEXANDRE JOSÉ MATTOS DO AMARAL, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Durval Amaral, a partir de 01 de janeiro de 2003.

VIII - prover, ADRIANA PARECIDA SARTORI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Durval Amaral, a partir de 01 de janeiro de 2003.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 005/2003

prover, EDUARDO VITORASSI SPADA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 01 de janeiro de 2003.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 006/2003

exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 01 de janeiro de 2003.

LAURI TEIXEIRA - DAS-5  
CRISTIANE DA ROCHA PARANHOS  
ANATÁLIA FERREIRA PÉRES  
ELSAN DE JESUS MARQUES  
CARLOS VALDIR HAHN

prover, CRISTIANE DA ROCHA PARANHOS, para exercer o cargo em Comissão símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 01 de janeiro de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 007/2003

exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 01 de janeiro de 2003, conforme especifica:

JEFERSON RAFAEL DE SOUZA - DAS-2  
CARLOS EMILIANO FERREIRA DELAZARI - DAS-5  
LUIZ CLÁUDIO ADÃO HERRERA - 1GP-4  
VALENTIN JOSÉ CARLOS PAVEZI  
MAITÊ PUGLIESI  
MARCELO RICARDO FERREIRA  
CLEOMAR DE FÁTIMA HERRERA  
FRANCISCO XAVIER BORGES RESENDE  
JOSÉ APARECIDO CARRARETTO

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 008/2003

I - exonerar, a pedido, MARILDA RIBEIRO NAVARRO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessora da Comissão de Segurança, a partir de 01 de janeiro de 2003.

II - prover, MARCOS ADOLFO MULBAUER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessor da Comissão de Segurança, a partir de 01 de janeiro de 2003.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 009/2003

I - prover, EVELLYN DE SOUZA RAFAIN, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 01 de janeiro de 2003.

II - exonerar, a pedido, ALDIR CAMARA FRANCO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ademar Traiano, a partir de 01 de janeiro de 2003.

III - prover, LUCIANE TRÊS CORDEIRO, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 01 de janeiro de 2003.

IV - prover, ADILES BERALDIN MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 01 de janeiro de 2003.

V - exonerar, a pedido, EUGÊNIO CAPRIGLIONI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessor da Comissão de Meio Ambiente, a partir de 01 de janeiro de 2003.

VI - prover, JORGE GREGÓRIO DE SOUSA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de assessor da Comissão de Meio Ambiente, a partir de 01 de janeiro de 2003.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 010/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 01 de janeiro de 2003:

CIELI MERKA TURRA  
ALBINO FABER  
ERNESTO DE OLIVEIRA LARA FILHO  
ACIR JOSÉ NOGUEIRA  
NILCEIA APARECIDA FALAVINHA  
PEDRO ADEMIR CAVALI  
ERNESTO HENRIQUE DE SENA BASSO  
EMILIA DA SILVA COSTA  
NERICO BERNARDES DUARTE  
Palácio "XIX de Dezembro", em 06.01.2003.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 011/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos de Comissão junto ao gabinete do deputado Ademir Bier, a partir de 31 de janeiro de 2003:

ISMAEL JACOB DALZOTO JÚNIOR - DAS-2  
HANS HERBERT ZIEGEMANN - DAS-5  
JAURY JACOB DE CEZARO - 1GP-5  
ANTONICO JOÃO ALTISSIMO - 1GP-3  
WAGNER JORGE ARAUJO NOGUEIRA - 1GP-1  
JUNIOR MERSON ZARUR  
MOACIR JOSÉ HANSEN  
JOÃO CARLOS SCHNITZER  
CARLOS RENATO ZUBEK

JOÃO GUSTAVO BERSCH  
EILEEN ZUBEK  
FERNANDA FABIOLA BIER

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 012/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão junto ao gabinete do deputado Algaci Tulio, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

MARIA APARECIDA ROSENAU MIRANDA - DAS-2

ALMIR JOSÉ PINTO DE LARA  
SANDRO LUIZ GARRIDO  
GRAÇA MARIA LIBERATO MARINHO - 1GP-4  
JULIANA MARINHO MARTINS - 1GP-4

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 013/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão junto ao gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

SEBASTIÃO SALLES BELINATI - DAS-2  
LUCILIA FELICIDADE DIAS - 2GP-5  
MARIA LUCIA QUEIROZ TRINDADE - 2GP-5  
JOÃO FRANCISCO VALENTE TIGRINHO  
ROBERTO AMARO JUNIOR

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 014/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão junto ao gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

LUIZ UBIRAJARA DA LUZ SANTOS - DAS-2  
CARLOS EDUARDO DE MUNHOZ FURTADO - DAS-5  
ACHILES BATISTA FERREIRA JÚNIOR  
ALESSANDRA HILBERT GUIMARÃES TEIXEIRA  
CLAUDIA NUNES DE MIRANDA - 1GP-1  
DANIELLI PEDROSO SILVA - 1GP-2  
REGIANE ZANATTA - 1GP-2  
RITA DE CASSA VELOSO - 1GP-1  
ERNESTO ROSSATO - 1GP-1  
ROBERTO ANGELO DE SIQUEIRA  
SAUL TIZZOT DE MUNHOZ FURTADO  
JOSE LOURENÇA FILHO  
OMERI GOMES FERREIRA - 1GP-3

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 015/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão junto ao gabinete do deputado Basilio Zanusso, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

DIONIZIA PERES ZANUSSO - DAS-2  
 ADAIRTON JOSE FONTANA GAIO - DAS-5  
 ALFEU ANTUNES BRANCO - 2GP-5  
 MARLENE CORREA PORTO  
 PEDRO HUMBERTO ZANUSSO  
 CARLOS ANDRADE JUNIOR  
 ADRIANA SANTORO FELIPE - 1GP-2  
 ANTONIO SAES - 1GP-3  
 RUI CAMARGO DE SOUZA  
 ROSANA PERES ZANUSSO  
 MARIA DA SILVA OLIVEIRA - 1GP-1  
 LUIZA ISOLANI SILVA - 1GP-1  
 AFONSO CAMARGO DE SOUZA

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 016/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão junto ao gabinete do deputado Cesar Seleme, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

VALDEMAR LOPES IZAR - DAS-2  
 AMADEU LUIZ BERNINI - DAS-5  
 GISELE COUTINHO DE OLIVEIRA - 1GP-5  
 ILAIR DE FÁTIMA BARBOSA - 1GP-5  
 SOLANGE BERNINI - 1GP-5  
 JOSE ABRÃO LOPES IZAR 1GP-4  
 JAIR ERNANDES - 1GP-4  
 VALDIR MANOEL FELISBINO - 1GP3  
 ARACI APARECIDA HENRICHES - 1GP-2  
 REMY MLINARCZY - 1GP-1  
 DOROTY KULCHESKI TASSINARI  
 ANA CAROLINA L. SELEME KEHRIG

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 017/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão junto ao gabinete do deputado Cezar Silvestri, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

CELSE CARLOS CAROLLO SILVESTRI - DAS-2  
 MARLI PESCHISKI - DAS-5  
 LUZIA KAUCH - 1GP-4  
 ROGÉRIO FREIRE FARIA - 1GP-3  
 DANIELA CLEVE DE OLIVEIRA - 1GP-3  
 RENATO LEONEL DE SOUZA - 1GP-2  
 JOSE AIRSON HORST - 1GP-1  
 LAURO JOSÉ DE PAULA  
 MARLENE PESCHISKI  
 GUSTAVO RAUEN BUCK  
 LENADIR CARBONEIRA NEITZKE - 1GP-5  
 JACY ESTÊVÃO DE PAULA - 1GP-5  
 TERESA CRISTINA SIQUEIRA SCOPEL - 1GP-5

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 018/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão junto ao

gabinete do deputado Divanir Braz Palma, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

JOAQUIM FERNANDES DA COSTA - DAS-2  
 MARIA LUCIA KLENK BARBOSA - DAS-5  
 ERCILIO ROCHA DA SILVA - 1GP-5  
 RUBENS JACINTO DA SILVA - 1GP-5  
 SEILA CORDEIRO DE AZEVEDO - 1GP-5  
 PAULA ALESSANDRA FELIPE - 1GP-4  
 ROSA MARIA ESTEVES DA COSTA - 1GP-4  
 HEMERSON CARAGATO - 1GP-3  
 PEDRO JOSÉ DE SÁ  
 GERALDO PALMA  
 MAURILIO DONIZETE DE JESUS - 1GP-1  
 ELIANA PATRICIA MAGALHÃES SILVA  
 PALMA

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 019/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão junto ao gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

CARLOS ALBERTO RUIZ GUIMARÃES -  
 DAS-2  
 JOLANIR GERALDA BELONI - DAS-5  
 ELIAB VIEIRA MORENO - 1GP-5  
 SUELI TEREZINHA VIEIRA - 1GP-5  
 ANDERSON SIMONATO - 1GP-5  
 GENEIDE ABREU MARTINS - 1GP-4  
 ANTONIO DE OLIVEIRA BONAPARTE FILHO -  
 1GP-4  
 TAKECI SAKURADA - 1GP-3  
 JAIME XIMENES ALVARES - 1GP-1  
 BENILDA DE ALMEIDA CARDOSO  
 VILMA FARIA  
 RENILDE PAIVA MORGADO GOMES

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 020/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão junto ao gabinete do deputado Eli Ghellere, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

AIRTON CARDOSO CARVALHO - DAS-2  
 CLARISSA CHAVES DA SILVA - DAS-5  
 ROSANGELA APARECIDA BORGES CARVA-  
 LHO - 1GP-1  
 ZAIRA DENIS SILVESRE - 1GP-1  
 AIRTON HENRIQUE CEQUINATTO -  
 1GP-1  
 OCLECY AMARO - 1GP-1  
 ELIAS CARRER  
 HELENA APARECIDA MACEDO  
 MICHELINE BUENO  
 EDUARDO SMIDT VERONA  
 ELIZETH CARVALHO GHELLERE - 1GP-1  
 MARCOS RODRIGO MOREIRA

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 021/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão junto ao gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

PATRICIA CRISTINE TAKAYAMA - DAS-5  
ARENILDO IPOLITA - 1GP-1  
CLETO ALVES DE MORAES - 1GP-1  
ELISEU ANUNCIAÇÃO DOS SANTOS - 1GP-1  
INGRID KUSMA TAKAYAMA  
JULIO CESAR RIBEIRO  
ANGELA SUELI MARIOTTO  
CARLOS ADALBERTO TIRANDELLI JUNIOR  
JOSÉ DE PAULA  
PAULO SZLAPK SOBRINHO  
SILVANO KRUPNISKI  
MARCIO MATEUS LACOUR

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 022/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão junto ao gabinete do deputado Irineu Colombo, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

GILMAR GONÇALVES - DAS-2  
VITÓRIA OLIVIA DE MORAES - DAS-5  
CARLOS AUGUSTO DE JESUS - 1GP-3  
JORGE ALBERTO SONDA  
MARIA ELISA BATTISTI  
ADRIANO BARDOU MARTINS  
ALEX DE TARSO PAIXÃO  
JEAN FRANCISCO SAGRILLO  
GIOVANI ALBERTO SANTIN  
DEVANIR DE SOUZA  
CELIA MARIA VIEIRA

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 023/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão junto ao gabinete do deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

MARIA AUXILIADORA IBANHEZ - DAS-2  
MARCIO LUIZ DE ALBORGHETTI - DAS-5  
TATIANE CHRISTINA DE ALBORGHETTI  
IVETE MARIA IBANHEZ SWARÇA - 1GP-3  
ROSENILO BEZERRA DA SILVA - 1GP-2  
JACKSON EDENILSON SERAFIM - 1GP-1  
SILVIO CESAR SABADIN LARA  
MARIA ISABEL IBANHEZ  
SILVANA APARECIDA DOS SANTOS - 1GP-1  
SCHIRLEY SABADIN LARA - 1GP-2  
ALCEMIR ANTONIO CAPUTO - 1GP-5  
JACQUELINE DO ROCIO LARA FERREIRA

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 024/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão junto ao gabinete do deputado Luiz Carlos Zuk, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

ADRIANA CUNHA BATISTA - DAS-2  
RENATO NELSON MULLER - DAS-5  
TERCIO DE MATOS - 1GP-5  
CARLA GEOVANA KRYGIER GRITEN  
ARTHUR JOÃO DE MARIA RIBEIRO - 1GP-2  
JEFFERSON STANISLAWCZUK - 1GP-2  
SEBASTIÃO GONÇALVES DE ALMEIDA - 1GP-1  
JOÃO LEONARDO STANISLAWCZUK - 1GP-1  
MIGUEL ARÃO RIBAS DROPA  
SIRLEI TRANSFELD  
ALTAMIR RODRIGUES  
MICHELE MARIE NASSAR - 1GP-5

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 025/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão junto ao gabinete do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

MOACIR CASAGRANDE - DAS-2  
SANTINA FERNANDES DA SILVA - DAS-5  
ELTON PAULO CASAGRANDE  
NEUCIR AUGUSTO BATTISTON  
AGNALDO MENDER  
NOEMI MENDER  
JAIR MARONEZI  
TEREZA FERNANDES  
HILARIO PRECHLAK

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 026/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão junto ao gabinete do deputado Moisés Leônidas, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

PAULA KNIEBEL DE OLIVEIRA - DAS-2  
PAULA CRISTINA DIAS - DAS-5  
CASSIA REGINA MATSUNAGA - 1GP-4  
FERNANDA DO PRADO MORAES  
JOÃO RICARDO ZAMARIOLA SANCHES - 1GP-3  
ALYSSON TOBIAS LEMOS DE CARVALHO - 1GP-3  
ANA PAULA DAL POZZO - 1GP-3  
ELISA APARECIDA KNIEBEL DE OLIVEIRA  
DEBORA OLIVEIRA PRAXEDES  
CARLOS HENRIQUE DIAS  
ANTONIO BARRICHELLO  
IRACILDA DE OLIVEIRA COSTA  
LUCIANO KNIEBEL DE OLIVEIRA

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 027/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão junto ao gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

CLAUDETE BELTHIER BERNADELLI - DAS-2  
APARECIDA BERNADELLI BELTHIER - DAS-5  
WILLIAN SADE - 1GP-4  
JORGE AUGUSTO CALLADO AFONSO - 1GP-4  
FABIANA AKIKO OMURA PEREIRA - 1GP-3  
MARIA CRISTINA DA SILVA BUENO - 1GP-3  
VILMA CUSTODIO DOS SANTOS - 1GP-3  
ELIDE CAMACHO - 1GP-3  
ORLANDO MOISES FISCHER PESSUTI  
EDWILSON DE OLIVEIRA  
ODETE DE FATIMA PINHEIRO  
ALBERONI LOPES DE OLIVEIRA

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 028/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão junto ao gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

MIRIAM SENOSKI DE AZEVEDO - DAS-2  
JACQUES LUIZ DE ALMEIDA PRADO - DAS-5  
MARCELO SENOSKI AZEVEDO - 1GP-5  
ARISTOTELES MAIA KOTSIFAS  
UALID HUSSEIN ALI MOHD  
DONIZETE APARECIDO DE SOUZA  
CONRADO FERNANDES DE SOUZA SALEMA  
JOSÉ MARULIO BORDIN  
SILIA CRISTINA CHICONATO  
ELIANE CAROLINA DE ALMEIDA  
HUMBERTO GARBELINI KOTSIFAS  
CASSILDA SENOSKI DE AZEVEDO

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 029/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão junto ao gabinete do deputado Ricardo Chab, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

VALDETE BENEDITO SILVA - DAS-2  
ZENESIO CRISTOFOLI - DAS-5  
APARECIDO GONÇALVES - 1GP-1  
DURVAL COLONTONIO  
LANA LUCIA NERI DE ANDRADE CHAB  
WILSON DE OLIVEIRA SILVA  
CARLOS ANTONIO DE MELLO  
KARINI COLONTONIO DE MELLO  
JORGE DE ALMEIDA  
IRACEMA COLETTI COLONTONIO  
LABIB CHAB JUNIOR  
ELOIR AMADO CACHAROSKI  
GRACIELA ALESSANDRA CHAMPINI

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 030/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão junto ao gabinete da deputada Serafina Carrilho, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

ROSANGELA CARRILHO MARTINS LUZ - DAS-2  
PAULA ANDREIA MARTINS CARRILHO -DAS-5  
CASSIO ALBERTO LUZ JUNIOR  
JOSYANE MARTINS CARRILHO  
JULIO CESAR MOCHHI

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 032/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão junto ao gabinete do deputado José Fernando Guimarães, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

FERNANDA GUIMARÃES - DAS-2  
RUI FERREIRA CAMPOS - DAS-5  
MARIA EDNA DOS SANTOS  
RUBENS FRANÇA  
TELMA SARA NIEDZWIEDZ - 1GP-1  
PAULO HENRY NIEDZWIEDZ - 1GP-1  
FLAVIA GUIMARÃES  
JORGE LUIZ ROCHA  
RODRIGO GUIMARÃES  
SIDNEIA GUIMARÃES CAMPOS

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 033/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão junto ao gabinete do deputado Antonio Carlos Baratter, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

VINICIUS KURTEN BARATTER - DAS-2  
ROBINSON ALVES MATIAS - DAS-5  
CESAR AUGUSTO CUBIS  
ANDRE RAMIRES GALEGO

#### ATA DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 034/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete da 1ª vice-presidência, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

MARIA CONCEIÇÃO RAUEN PINTO - DAS- 4  
BRAZ ALVES - DAS -5  
RICARDO ADRIANO SERFAZ- 3C  
SIMONE CRISTINA OLIVEIRA - 4C  
PERIEL ZANUSSO NOVOCHADLO - 6C

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 035/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao

gabinete da 2ª vice-presidência, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica.

LUCELIA CLARICE DORACINSKI - DAS-5  
AIRTON PASQUAL COLOMBO - DAS -5  
CIDALIA ROSA CARLOS DE LIMA - 4C  
IVANI TEREZINHA DOROCINSKI - 6C

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 036/2003

Exonerar a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

ANTONIO BOESE PADILHA - DAS- 4  
ADRIANA M. SANTINI DE CARVALHO -  
1-C  
EDGAR LUIZ SILVEIRA - 4 -C  
EDSON LUIZ SILVEIRA - 4-C  
GISELI CARNEIRO - 4-C  
IRES GROSS BARRETO DE SOUZA 4 -C  
JOSEMIR AVELINO DIPP - DAS -5  
MANOEL UBERALDO DE OLIVEIRA - DAS-5  
NATIVO BURGEL - DAS-5  
RONNY FAVARO WUNDERLICH -DAS-5  
SANDRA ALBONES DIAS - DAS -5

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 037/2003

Exonerar a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete da 2ª Secretaria, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

GIOVANI DE JESUS PESUSCKI - DAS-4  
ISABELLA BAGGIO ANNIBELLI- 4C  
INES SLOMUSZYNSKI - 4C  
SERGIO LUIZ RIBEIRO - 4C  
EDMILSON VITORIO CEZAIKA - 4C  
EDUARDO EICCHORN DE SOUZA LEITÃO -  
4C

LEANDRO CRISTIANO BLATISLAV DA  
SILVA - 4C

FABIANO DA CRUZ MACHADO - DAS-5  
CARLOS CEZAR ZUBEK JUNIOR - DAS-5  
ELIEUTON FRANCIS MAYER - DAS-5  
ANDRÉ NAINA CUNHA - DAS -5  
RONALDO RAMON LIMA - DAS-5

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 038/2003

Exonerar a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete da 3ª Secretaria, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

IZAURA ZIMERMANN - DAS-5  
SELIA MARIA DA CRUZ - DAS-5  
ADELINO CARDOSO  
CARLOS ALBERTO BONET

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 039/2003

Exonerar a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete da 4ª Secretaria, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

ELVIRA TEIXEIRA DE CARVALHO - DAS-5  
JOÃO DOMINGUES DE ALMEIDA- DAS-5  
IRACEMA PRESTES DE FARIA- 4-C  
MARCOS ROBERTO RUIZ GUIMARÃES - 4C

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 040/2003

Exonerar a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete da 5ª Secretaria, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

AUGUSTO RENE BRUEL - DAS-5  
GILBERTO BRAZ PALMA- DAS-5  
EDSON ROBERTO CARNEIRO - 4C  
OSVALDIR GARCIA PERES - 4C

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 041/2003

Exonerar a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança das Oposições, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

MICHAEL DAVID CARVALHO- DAS-5  
ROSIMEIRE DE ALMEIDA -  
ANTONIO CARLOS TEIXEIRA 2 GP-1  
GLICEIA APARECIDA ALVES - 2 GP-4  
JOSÉ EDUARDO YOKOMIZO  
FABIO PEIXOTO MEZZADRI - 1-GP-5  
ANA GLEICE PADILHA -1 GPS-3  
LIGIA ROSALINSKI MORAES- 1GP-3  
ELTON FRANCISCO DA CUNHA SANTOS -  
1GP-3

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 042/2003

Exonerar a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 31 de janeiro de 2003, conforme especifica:

ARGEU DIAS- 1GP-1  
MARIA JORANICE PONTES - 1 GP-1  
DIVINO DANDOLINI - 1GP-1  
SANDRA MARIA FRANÇA  
EDÉZIO TEIXEIRA DA SILVA  
ELIZABETH TEIXEIRA DA SILVA  
MARIA JOSÉ TEIXEIRA DA SILVA

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 048/2003

I - exonerar, a pedido, ALFREDO GOMES DE MORAES, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da

Liderança das Oposições, a partir de 31 de janeiro de 2003;

II - exonerar, a pedido, ANDRESSA DE CAMPOS CHARNESKI, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, a partir de 31 de janeiro de 2003;

III - exonerar, a pedido, NELSON GOMES FILHO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 31 de janeiro de 2003;

IV - exonerar, a pedido, PAULO CESAR LINZ, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 31 de janeiro de 2003;

V - exonerar, a pedido, ROZANI KOVALKI, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, a partir de 31 de janeiro de 2003;

VI - exonerar, a pedido, WESLEY MARTINS ALVES, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Irineu Colombo, a partir de 31 de janeiro de 2003.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 049/2003

I - exonerar, a pedido, ROBERTO BARBOSA CUNHA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador da Coordenadoria de Execução e Auxílios Sociais, a partir de 31 de janeiro de 2003;

II - exonerar, a pedido, SIRLEI MARIA DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta, da Coordenadoria de Contabilidade, a partir de 31 de janeiro de 2003;

III - exonerar, a pedido, LUCIMARA PINHEIRO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de assessora do Bloco Parlamentar Agropecuário, a partir de 31 de janeiro de 2003;

IV - exonerar, a pedido, AMAURI BECHINSKI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de coordenador adjunto da Coordenadoria da Ordem do Dia e Autografia, a partir de 31 de janeiro de 2003;

V - exonerar, a pedido, AMARILDO MARQUES DE ALMEIDA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de coordenador adjunto da Coordenadoria de Recursos Humanos, a partir de 31 de janeiro de 2003;

VI - exonerar, a pedido, ILDA MAGRI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora adjunta, da Coordenadoria de Divulgação, a partir de 31 de janeiro de 2003;

VII - exonerar, a pedido, WALDEMAR PEREIRA MAGRI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de coordenador adjunto, da Coordenadoria de Promoções Especiais, a partir de 31 de janeiro de 2003;

VIII - exonerar, a pedido, ARLETI APARECIDA BELTER, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de coordenadora adjunta da Coordenadoria da Gráfica, a partir de 31 de janeiro de 2003.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 050/2003

I - exonerar, a pedido, ANTONIO CESAR RUSSI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de assessor da Comissão de Orçamento, a partir de 31 de janeiro de 2003;

II - exonerar, a pedido, CESAR MARTINS SONDA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de assessor da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a partir de 31 de janeiro de 2003;

III - exonerar, a pedido, FRANCIELE POLETTTO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de assessora da Comissão de Defesa do Consumidor, a partir de 31 de janeiro de 2003;

IV - exonerar, a pedido, CARLA ANDREA LUBKE, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de assessora da Comissão de Ética, a partir de 31 de janeiro de 2003;

V - exonerar, a pedido, SERGIO FURQUIM FILHO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de assessor da Comissão de Auditoria, a partir de 31 de janeiro de 2003.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 051/2003

Exonerar, a pedido, MARCOS ADOLFO MULBAUER, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessor da Comissão de Segurança, a partir de 31 de janeiro de 2003.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 052/2003

Exonerar, a pedido, RENATO MARIO MIGUEL, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de coordenador da Coordenadoria de Manutenção e Transportes, a partir de 31 de janeiro de 2003.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 31.01.2003.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 169/2003

Conceder à TEREZINHA REGINA VICENTE, matrícula nº 40395, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de médica, nível E-07, admitida em 01 de dezembro de 1987, lotada na Coordenadoria de Serviço Médico da Casa, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70. O período de licença deverá ser marcado pela requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, seguindo o critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada lei.

(Prot. nº 1979/2003)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 26.03.2003.



**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 186/2003**

conceder à ROSELI BELO COELHO, matrícula nº 40539, funcionária desta Assembleia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente administrativo N-61, admitida em 19 de junho de 1985, lotada na Coordenadoria de Expediente e Arquivo, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de junho de 2002, antecipado em razão da contagem do quinquênio anterior, permitida pela legislação vigente à época, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. O período de licença deverá ser marcado pela requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada lei.

(Prot. nº 1721/2003)

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 187/2003**

conceder à GISELE GUÉRIOS NARDI, matrícula nº 40858, funcionária desta Assembleia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Advogada, admitida em 01 de dezembro de 1987, lotada na Coordenadoria das Comissões, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de junho de 2002, antecipando em razão da contagem do quinquênio anterior, permitida pela legislação vigente à época, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6.174/70. O período de licença deverá ser marcado pela Requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supra citada lei.

(Prot. nº 1937/2003)

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 188/2003**

conceder à MARIA DE LOURDES DA LUZ WANDENBRUCK, matrícula nº 40292, funcionária desta Assembleia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, admitida em 01 de maio de 1988, lotada na Coordenadoria do Serviço Médico, Licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6.174/70. O período de licença deverá ser marcado pela Requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supra citada lei.

(Prot. nº 2059/2003)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.04.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**Atos da Diretoria Geral:**

O diretor geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e,

**R E S O L V E :****PORTARIA Nº 031/2003**

designar os servidores JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA, GABRIEL LUIZ FRANCESCHI e JOSÉ ARY NASSIF, para sob a Presidência do primeiro, constituir a Comissão de Licitação, de acordo com o artigo nº 38, item III, da Lei nº 9.666/93.

(Prot. nº 11.597/2001)

**PORTARIA Nº 32/2003**

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, JOYNE MERY SCHUHLLI, matrícula nº 40471, de quinze (15) dias, a partir de 05 de maio de 2003, término em 20 de maio de 2003. CID.10 M 54.4.

(Prot. nº 3556/2003)

**PORTARIA Nº 33/2003**

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, SONIA APARECIDA MATSUNO, matrícula nº 615, de noventa (90) dias, a partir de 29 de abril de 2003, término em 29 de julho de 2003. CID. C 509.

(Prot. nº 3557/2003)

Gabinete da Diretora Geral, em 14.05.2003.

**PORTARIA Nº 35/2003**

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, JOYNE MERY SCHUHLLI, matrícula nº 40471, de quinze (15) dias, a partir de 21 de maio de 2003, término em 04 de junho de 2003. CID.10 M54.4.

(Prot. nº 3991/2003)

Gabinete da Diretora Geral, em 02.06.2003.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**Atas de Comissões Permanentes:****COMISSÃO DE REDAÇÃO**
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem

do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 166/2003, que foi aprovado sem observações. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAINO - Presidente  
Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e três, às dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para sua quarta reunião ordinária, com a presença dos senhores deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição 023/2003 - Submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos senhores deputados referente ao mês de abril

de 2003. Havendo número legal e de acordo com o Regimento Interno, o senhor presidente da Comissão, deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao senhor deputado Carlos Simões, relator da Proposição nº 023/2003, que trata da prestação de contas da verba relativa aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente ao mês de abril de 2003, conforme Resolução nº 15/92 de 19 de junho de 1992, em seu Artigo 14. Examinada a matéria, deliberou o senhor relator, que as contas apresentadas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, dada à sua exatidão, uma vez que atendem à legislação em vigor, concluindo pelo PARECER - FAVORÁVEL, o que foi acompanhado por todos senhores deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente da Comissão, senhores deputados presentes, e, por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
Maria Regina Subtil - Secretária